

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**



**O SAGRADO CORAÇÃO DE  
PORTO NACIONAL**

**Mariana Sardinha Barros**

**Orientadora: Profa. Dra. Izabel Missagia de Mattos**

**Dissertação**

**Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural**

**Área de Concentração: Antropologia**

**Goiânia 2008**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

# **O SAGRADO CORAÇÃO DE PORTO NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa do  
Mestrado Profissional em Gestão do  
Patrimônio Cultural, como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre, sob a  
orientação da Profa. Dra. Izabel Missagia de  
Mattos

Goiânia  
2008

MARIANA SARDINHA BARROS

## **O SAGRADO CORAÇÃO DE PORTO NACIONAL**

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Izabel Missagia de Mattos – UCG  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho – UCG

---

Profa. Dra. Sônia Missagia Matos - UFES

---

Profa. Dra. Cintya Maria Costa Rodrigues – UFG  
(Suplente)

Goiânia 2008

Aos portuenses, nascidos e arrebanhados.

## Agradecimentos

Agradeço a toda a família Pedreira, residente em Porto e em Goiânia, especialmente aos meus avós Diana e Dico Barros (*in memoriam*), que sabiamente construíram uma família forte e unida, que valoriza e perpetua suas raízes e memórias.

Ao meu querido pai e amigo Neco, pelo apoio incontestado.

À minha orientadora Bel, pelos constantes estímulos, pelas inúmeras indicações de leitura, pelo grande interesse no meu trabalho e, principalmente, por acreditar em mim, mesmo quando eu não podia.

Ao Kleber, pela presença doce.

Aos queridos tio Calú e sua esposa Marineide, que tão afetosamente me receberam em sua casa durante a pesquisa de campo, me indicaram fontes e me lembraram o sabor da infância vivida naquelas terras.

À direção e secretaria do Colégio Sagrado Coração de Jesus, especialmente à Conceição, Márcia, Walda e Juliana, por disponibilizarem os arquivos e um espaço para a pesquisa.

Ao primo poeta Célio Pedreira, por ser a primeira ponte nesse rio submerso.

À prima Neta Pedreira, pelos empréstimos bibliográficos e indicações de caminhos.

À Aninha Pereira, por me acompanhar e apresentar aos possíveis entrevistados.

À Terezinha Maia, Dona Teté, pelas visitas e empréstimo do seu rico acervo fotográfico.

À Dária Moreno, pela generosa ajuda.

Aos professores do Mestrado, pelos ensinamentos e descobertas.

Aos colegas do curso, pela cumplicidade e brincadeiras necessárias para tornar mais leve a responsabilidade do estudo.

À Rejane, secretária do Mestrado, pela imensa disponibilidade em ajudar e solucionar as dificuldades.

À Eliane Borges, pela compreensão e flexibilidades dos horários de trabalho.

À amiga Etiene, por compartilhar os momentos bons e as angústias, por me entender e me dar forças para “voar”.

BARROS, Mariana Sardinha. O Sagrado Coração de Porto Nacional. 85 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2008.

## **RESUMO**

Neste trabalho, visualizamos a cidade de Porto Nacional (TO) pelas lentes da memória de seus moradores sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado por irmãs dominicanas francesas em 1904. A chegada das religiosas, representantes do discurso sobre a “civilização”, pode ser interpretada como uma tentativa de domesticação do sertão. Os significados articulados pela comunidade de memória dos ex-alunos e professores do Colégio, que nos informam sobre a memória coletiva, são referências construídas e constantemente reforçadas, caracterizando um processo de constituição e afirmação de identidade. Os espaços ocupados pelo Colégio, ontem e hoje, são lugares de memória, pois são carregados de valor simbólico e evocam lembranças daqueles que lá viveram ou dos que ouviram histórias sobre ele. São lugares onde a lembrança é cristalizada e transmitida. Importante para a história de Porto Nacional e referência para os portuenses, o Colégio é patrimônio cultural da cidade.

Palavras-chave: Memória – Identidade – Sertão – Patrimônio Cultural

BARROS, Mariana Sardinha. The Sacred Heart from Porto Nacional. 85 p. Dissertation of Professional Master in Management of Cultural Heritage. Goiania: Catholic University of Goiás, 2008.

## **ABSTRACT**

In this work, we visualize the city of Porto Nacional (TO) by the lenses of memory of its residents on the Sagrado Coração de Jesus School, founded by French Dominican sisters in 1904. The arrival of religious, representatives of the discourse on the "civilization" can be interpreted as an attempt to domestication of the hinterland. The meanings articulated by the community in memory of former students and teachers of the School, which tell us about the collective memory, references are built and constantly reinforced, featuring a process of formation and assertion of identity. The space occupied by the School, yesterday and today, are places of memory, as they are loaded with symbolic value and evoke memories of those who lived there or those who have heard stories about him. They are places where the memory is crystallized and passed. Important in the history of Porto Nacional and reference to the people, the School is the cultural heritage of the city.

Keywords: Memory - Identity - Hinterland - Cultural Heritage

*Quisera o mar  
fosse eu o rio.*

*Quisera o mundo  
fosse eu o porto.*

*Mas já consigo  
mirar da margem  
o movimento lento  
da canoa longe  
como remo  
fosse meu coração  
e o jacumã  
minhas asas.*

Célio Pedreira

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>Metodologia</b>	<b>22</b>
<b>Capítulo I – Explorando os conceitos</b>	<b>25</b>
1.1 Sobre memória e identidade	25
1.2 O lugar do sertão	30
<b>Capítulo II – As origens e o crescimento de Porto Nacional</b>	<b>36</b>
2.1 De rancho de passador à vila próspera	36
2.2 Os dominicanos em Porto Nacional	44
2.3 Os “projetos de desenvolvimento”	50
<b>Capítulo III – A fundação do Colégio e a construção de um patrimônio cultural</b>	<b>53</b>
3.1 A chegada: tempo mítico	53
3.2 O “primeiro” Colégio	56
3.3 Internato	62
3.4 Uniforme	64

3.5 Turmas femininas e mistas	67
3.6 A construção do “novo” Colégio	69
<b>Capítulo IV – O Sagrado Coração dos portuenses</b>	<b>73</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>76</b>
<b>Fontes e Referências</b>	<b>79</b>
Documentos manuscritos	79
Referências bibliográficas e eletrônicas	80

## ÍNDICE DE IMAGENS

Fotos da primeira edificação do Colégio (arquivo da autora)	16
Fotos do atual prédio do Colégio, construído na década de 50 (arquivo da autora)	19
Catedral Nossa Senhora das Mercês, 2008 (arquivo da autora)	55
Rua Grande, com igreja ao fundo, 1910 (retirada de OLIVEIRA, 1997)	56
Irmãs Dominicanas no primeiro prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus, década de 40 – data estimada (arquivo de Terezinha Maia)	58
Alunas, professora Generosa Pinto (à esquerda) e a inspetora pertencente à família Aires (à direita), década de 40 – data estimada (arquivo de Terezinha Maia)	60
Desfile de Sete de Setembro, década de 40 – data estimada (arquivo de Terezinha Maia)	61
Alunas no Desfile de Sete de Setembro, em frente à igreja, década de 40 – data estimada (arquivo de Terezinha Maia)	61
Alunas, década de 50 – data estimada (arquivo de Terezinha Maia)	67
Foto no auditório do Colégio, década de 50 (arquivo do Colégio)	69
Irmãs no aeroporto de Porto Nacional, década de 50 (arquivo do Colégio)	70
Imagens do caderno de registro “Azas do Brasil em Porto Nacional”	71

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é visualizar uma cidade através de uma de suas referências culturais, por meio das lentes da memória de seus moradores. Estamos diante de um cenário com diversas possibilidades, inúmeros focos podem ser feitos, planos e contra-planos, e devemos escolher um deles. Esse recorte metodológico faz parte da perspectiva teórica adotada de que a cultura é configurada por teias de significados tecidas pelo homem que podem ser descritas com densidade. A Antropologia é uma ciência interpretativa, em busca de significados (GEERTZ, 1989). A densidade da descrição etnográfica almejada nesse trabalho está relacionada à impregnação dos símbolos culturais por significados afetivos oriundos da memória social, neles incorporada.

O cenário é a cidade de Porto Nacional, localizada no antigo norte de Goiás, hoje estado do Tocantins. Porto tem suas origens relacionadas à extração aurífera na região, no final do século XVIII. Desta época até os dias atuais, a localidade vem passando por transformações, alternando momentos de relativa importância e de descrédito, que estão ainda presentes com vivacidade na memória dos moradores. Uma das mais recentes transformações foi a construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado<sup>1</sup>.

Um desses momentos que marcaram a história da cidade foi a chegada de representantes da congregação religiosa francesa dos dominicanos. Em 1886, três frades e um irmão leigo aportaram na região. Em 1904, dezoito anos depois, chegaram as irmãs dominicanas. A chegada dos religiosos, vindos da França, pode ser interpretada – do ponto de vista desta reconstituição etnográfica e de acordo com a ideologia política coetânea – como a “civilização” em pleno sertão. A vida dos homens rudes, lavradores, mineradores, barqueiros e fazendeiros, habitantes de um lugar distante das capitais, tomaria rumos diferentes com a vinda dos dominicanos.

Lançamos o nosso olhar para uma, senão a mais evidente, ação das irmãs dominicanas em Porto: a educação, representada pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus.

---

<sup>1</sup> Os fortes impactos nos modos de vida dos portuenses foram estudados por Noeci Carvalho Messias (2004).

No entanto, nos propomos a estudar não os projetos pedagógicos dessa instituição, mas reconstruir a memória dos moradores sobre o Colégio. Por meio das narrativas dos moradores que estudaram e/ou lecionaram no “Colégio das irmãs”, a partir de suas lembranças, tentaremos reconstituir esse passado do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

É importante ressaltar que não nos preocupamos com a descrição fidedigna do passado. A memória não obedece à cronologia dos eventos e o próprio ato de lembrar é uma reconstrução do passado. Toda memória é construída e interessada, pois constrói o presente, que se torna, dessa forma, tão subjetivo quanto o passado recordado (WOORTMANN, 1998).

A própria escolha do meu objeto foi interessada. Não direcionei meu olhar para Porto Nacional e para o Colégio das irmãs dominicanas sem motivo. Minha família paterna tem profundas raízes naquela cidade. Porto era meu destino nas férias escolares durante a infância e adolescência. Os casarões antigos, a imensa igreja Nossa Senhora das Mercês, o mercado, a gente simples sentada na porta das casas ao entardecer, as brincadeiras diferentes das que eu conhecia, o rio caudaloso, a praia lindíssima, as histórias de meus avós e bisavós me fascinavam. De certo modo, ao estudar as memórias dos moradores, busco uma identidade perdida, uma memória que só foi minha por empréstimo; busco recuperar a história de meus antepassados em um “lugar de memória”, em uma atitude que Nora (1993) chamou do “gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas. (...) O deciframento do que somos à luz do que não somos mais” [NORA, 1993: 20]. Estudar Porto Nacional foi uma tentativa de desvendar o sertão dentro de mim mesma.

No trabalho de campo tive alguns percalços. Os moradores da cidade não me conheciam e, por isso, não me davam abertura. Era necessário ser introduzida por alguém conhecido, nascido e criado em Porto. Ser apresentada por um portuense, que falava à pessoa que visitávamos de quem eu era filha, neta e sobrinha; era como um ritual de iniciação no universo simbólico dos moradores. Eu só poderia ter acesso às memórias da cidade se fizesse parte de sua história, mesmo que indiretamente por intermédio de meus parentes. A semelhança física com uma tia me foi muito útil, investiu-me de um ar de

familiaridade, tornando a proximidade com os moradores bem mais fácil. A consangüinidade me fazia também uma portuense.

Esse fato nos remete ao que Da Matta (1978) chama de aspectos românticos da Antropologia, o lado humano e subjetivo da pesquisa de campo. Se não há empatia entre o pesquisador e o informante, não há dados. Dessa forma, o trabalho científico também possui uma parte artesanal, em que as relações humanas, os sentimentos e as emoções interferem na pesquisa.

Durante a pesquisa bibliográfica e também no trabalho de campo, não encontramos nenhum trabalho acadêmico sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Ao mesmo tempo, alguns dos entrevistados diziam ter concedido inúmeras entrevistas a jornalistas e pesquisadores. Eles acreditavam haver um trabalho sistematizado sobre o Colégio, o que não ocorre. Há sim várias menções a ele em trabalhos que falam de Porto Nacional e das personalidades que ali viveram, mas não um estudo direcionado.

No primeiro capítulo, apresentamos os conceitos de memória, identidade e sertão, norteadores do trabalho, por meio do enfoque específico que diz respeito à questão do patrimônio cultural e seus sentidos.

No segundo, fizemos um histórico de Porto Nacional. Falamos sobre o surgimento do povoado, a chegada dos dominicanos e as mudanças mais recentes por que passou a cidade, como as construções da rodovia Belém-Brasília, da ponte sobre o Tocantins e da usina hidrelétrica de Lajeado, que transformou o rio caudaloso em um lago de águas paradas.

No terceiro capítulo, relatamos, a partir das informações colhidas nos relatos biográficos dos portuenses, uma etnografia histórica sobre o Colégio. Esta abordagem hermenêutica vai ao encontro da abordagem de Price, que ressalta a importância da “significação da experiência e das ações para os atores” (PRICE, 1992: 196 *apud* MISSAGIA DE MATTOS, 2004). As controvérsias a respeito do método de reconstrução etnográfica baseada em documentos históricos e na memória social foram discutidas por

Cunha (2004), que toma os arquivos como um campo etnográfico, “dialogando” com os documentos utilizados na pesquisa e seus contextos – social e simbólico – de produção.

Por último, faremos um balanço da importância do Colégio Sagrado Coração de Jesus para os portuenses, situando seu lugar como patrimônio cultural da cidade.

Fotos da primeira edificação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, inaugurada em 1906. Hoje é conhecida como Caetanato (arquivo da autora, 2008):







Cômodo onde se localizava a capela



Detalhe

Fotos do atual prédio do Colégio, construído na década de 50 (arquivo da autora, 2008):







Pátio interno



## **METODOLOGIA**

A principal fonte utilizada na pesquisa foram os relatos orais. Por meio de entrevistas, realizadas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2008, tivemos acesso às lembranças dos moradores “dos tempos do colégio”. As narrativas de suas memórias individuais são reconstruções do passado de acordo com o momento presente, moldadas por intenções e valores atuais. Portanto, não podemos dizer que iremos reconstruir o passado do Colégio Sagrado Coração de Jesus tal como foi. Iremos interpretar a interpretação de nossos informantes. O tempo da memória, como falamos anteriormente, não é cronológico; obedece, antes, a estímulos afetivos do que lineares.

“Por isso, de natureza dialética, a evocação da memória rompe com esse índice sistemático dos eventos, desclassificando o tempo, embaralhando-o para fomentar um processo construtivo da identidade, motivada por uma situação do presente e projetando um futuro” (LIMA FILHO, 2001: 19).

Entrevistamos 19 moradores de Porto Nacional, alguns mais de uma vez. As pessoas que escolhemos para as entrevistas são, em geral, pertencentes a famílias que estão há gerações em Porto Nacional. Indivíduos para os quais a história da cidade, seu surgimento e mudanças em sua paisagem e costumes, têm grande importância, influenciam seus hábitos, escolhas e opiniões. Até a morada dessas pessoas é próxima ao centro histórico, elas estão unidas simbólica e geograficamente.

Fizemos uma pesquisa no arquivo da secretaria do Colégio, especialmente em livros e documentos da década de 20 à década de 70. O arquivo não está sistematizado por assunto e nem todos os livros mais antigos estavam agrupados. Os livros utilizados estavam separados no arquivo morto, que não é utilizado nos procedimentos atuais da secretaria. Neste arquivo, não encontramos documentos anteriores a 1920. Pesquisamos os livros de “Ata de Promoção”, do Ginásio, com a relação dos alunos matriculados e notas finais de 1948 a 1977; “Registro de Matrícula do curso Primário noturno”, com registro dos alunos e

suas profissões de 1970 a 1977; “Caderno de Exame de Segunda Época”, do curso Normal, com a relação dos alunos, disciplinas cursadas e notas de 1941 a 1971; “Notas e Frequência da Escola Normal de Grau Colegial”, com registros de 1964 a 1968; “Exames do 4º Ano do Curso Normal”, de 1923 a 1949; “Exames do 2º Ano do Curso Normal”, de 1922 a 1955; “Atas de Exames e Colação de Grau da Escola Normal”, de 1948 a 1975; “Resultados Finais dos Cursos Primários – diurno e noturno”, de 1970 a 1976; “Resultado Final / Curso Complementar (1ª Série) e Curso Primário”, o primeiro de 1930 a 1946, e o segundo de 1955 a 1969; “Livro de Exames de Admissão ao Curso Normal”, de 1920 a 1957; “Médias Curso Normal”, de 1921 a 1949; “Matrículas do 1º Ano Normal”, de 1920 a 1957; “Livro de Matrículas do 3º Ano do Curso Normal”, de 1922 a 1972; “Livro de Matrículas do Curso Primário Masculino”, de 1940 a 1952; “Livro de Matrícula do Curso Complementar e do Curso de Adaptação (provisório)”, de 1930 a 1949; “Livro de Notas e Frequências das alunas do Curso Normal”, de 1968 a 1975; “Ata de Resultados Finais – 2º Grau (não profissionalizante e profissionalizante)”, de 1978 a 2000.

Utilizamos também como fonte primária o caderno de depoimentos dos pilotos, chamado “Azas do Brasil em Porto Nacional”, que, como irei relatar posteriormente, pernoitavam no Colégio. Esse documento não estava junto com os livros de notas e atas, mas guardado na sala da direção.

As primeiras irmãs francesas que chegaram a Porto descreviam suas atividades cotidianas e dificuldades em um caderno, uma espécie de diário. Enquanto fontes primárias, as crônicas das dominicanas não puderam ser livremente consultadas. Tive acesso rapidamente a fotocópias de uma pequena parte dos manuscritos. A Congregação das Dominicanas tem a intenção de restaurar e digitalizar esses documentos para que possam ser consultados.

Outro documento utilizado no trabalho foi a imagem fotográfica, um importante material para a interpretação da experiência humana. Por meio da fotografia, é possível dar forma ao relato etnográfico, tornando-o mais reconhecível. Conforme Bittencourt (1994), a fotografia contribui para a interpretação dos contextos histórico e cultural, visíveis nas imagens. Ela é uma via para o conhecimento, “capaz de iniciar um processo mobilizador da sensibilidade e da inteligência, alimentando, desse modo, a ampliação do pensamento”

(HUMBERTO, 1983: 88). Não realizamos um ensaio de antropologia visual como em trabalho anterior (BARROS, 2005), mas utilizamos a fotografia como meio de contribuir para a identificação de elementos dentro de um contexto, favorecendo um melhor entendimento dos significados culturais<sup>2</sup>.

Assim como Borges (1988), pensamos a cidade como um lugar afetivamente vivido, mas nosso principal objetivo não foi perceber as relações dos moradores com esse espaço macro. Fizemos um recorte e direcionamos nosso olhar para uma parte da cidade, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, por meio das lembranças dos moradores e suas construções narrativas. Dessa forma, partimos do micro para vislumbrar nuances do macro.

---

<sup>2</sup> Uma das referências no estudo das relações entre a Antropologia e o uso de instrumentos de registro visual e audiovisual é a obra *Balinese Character*, de Margaret Mead e Gregory Bateson (1942). Os cientistas sociais passaram dois anos observando os habitantes do vilarejo de Bajoeng Gede e produziram 25 mil fotografias e quase sete mil metros de filme cinematográfico.

## I. EXPLORANDO OS CONCEITOS

### 1.1 Sobre memória e identidade

O tempo e o espaço da memória são considerados, neste trabalho, em sua dimensão afetiva, tal qual nos ensina a abordagem fenomenológica. Nas palavras de Bachelard (1998), a lembrança é iluminada por “luzes fugidias de devaneio”, em uma solidariedade entre a memória e a imaginação. As lembranças nos comovem, nos sensibilizam.

“Evocando as lembranças da casa, adicionamos valores de sonho. Nunca somos verdadeiramente historiadores; somos sempre um pouco poetas, e nossa emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida” (BACHERLARD, 1998: 26).

Essa evocação poética das lembranças também pode ser concebida como uma narrativa, definida por Benjamin (1985) como uma forma artesanal de comunicação, interessada em transmitir algo além da informação pura e fidedigna. “Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1985: 205).

Não existe objetividade nem a verdade dos fatos no exercício de lembrar (se é que existe em alguma outra situação). A memória seleciona as lembranças de momentos vividos pelo próprio narrador ou contados por outros<sup>3</sup>. Nas palavras de Brandão (1998), o sentimento de quem conta “joga” com o sentido e este com o significado, por meio de regras pouco obedecidas. A memória submete-se ao poder do afeto e ao desejo narcisista da boa identidade do narrador.

“O poder de lembrar, para fazer história, não está em que ela pode artificialmente ser reconstruída ‘como de fato foi’. Está em que:

---

<sup>3</sup> Benjamin (1985) situa o narrador entre os mestres e os sábios, que acumula a experiência de uma vida inteira. Em sua trajetória, esse acúmulo é fruto de sua própria experiência e das experiências dos outros, que incorpora à sua “substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer” [BENJAMIN, 1985: 221].

reapropriar-se do que aconteceu através da reminiscência crítica, significa recuperar, retomar uma parcela (mínima que seja) do passado, e fazê-la reviver, em um momento presente, real e transfigurada” [BRANDÃO, 1998: 43].

O conceito de memória a que nos referimos é o desenvolvido por Maurice Halbwachs (2006). Assim como o autor, não entendemos a memória como um fenômeno primordialmente individual, mas coletivo.

Henri Bergson (1990) fala da memória no campo introspectivo, subjetivo, relacionando-a com processos físicos do corpo humano. Para ele, a memória seria uma reserva sempre crescente, abastecida pela experiência adquirida por cada indivíduo.

Diferentemente de Bergson (1990), mas não se opondo a ele, Halbwachs (2006) trata a memória como um fenômeno social. Preocupa-se em explicar os quadros sociais da memória, intimamente relacionados às representações coletivas, e os processos intersubjetivos de construção das memórias coletivas. Concordamos, assim, com Santos (1998) quando diz que, segundo Halbwachs (2006),

“quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter – por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais –, elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória”.

Para esta autora, esta perspectiva não anularia os indivíduos do processo de construção de memórias coletivas, apesar de estabelecer “um argumento muito interessante (...) acerca da antecedência de quadros sociais da memória” [SANTOS, 1998].

Diferentemente de Bachelard (1998), Halbwachs (2006) não relaciona a memória à imaginação e ao sonho. Para este autor, a memória é trabalho. A lembrança é uma imagem construída no conjunto das representações de nossa consciência atual. A lembrança não é a mesma imagem que experimentamos no passado, porque não somos mais os mesmos, nossa percepção, nosso ponto de vista, nossos valores mudaram. Nesse sentido, a memória não é reviver, e sim refazer, reconstruir a imagem do passado com

idéias atuais. Se o sistema de representações e as relações sociais mudam, o passado não pode conservar-se intacto na lembrança; a alteração no ambiente atinge a qualidade da memória. Dessa forma, a memória individual está amarrada à memória do grupo e à memória coletiva da sociedade. Mesmo no sonho não nos afastamos de nossa condição atual.

Falamos em lembranças, no ato de lembrar, que seria um esforço dos indivíduos de trazer para o presente momentos passados. Indivíduos que têm lembranças em comum fazem parte de um grupo. A memória coletiva não é a soma das lembranças individuais, assim como uma representação coletiva não é o somatório das representações individuais, mas é construída nos processos interativos entre os sujeitos. O indivíduo se apropria das lembranças do grupo com o qual se relaciona. A memória só existe se as pessoas mantêm vínculos entre si. Nesse sentido, podemos relacionar memória e identidade coletiva. Ambas não partem do vazio e são construídas na interação entre indivíduos. A memória coletiva não determina a identidade, mas os indivíduos constroem suas identidades por meio do uso da memória. Esta fomenta o processo de referências identitárias que fornecem elementos simbólicos capazes de gerar vínculos afetivos e cognitivos entre os sujeitos.

Segundo Lima Filho (2001),

“a memória coletiva – vista por dentro, como pensou Halbwachs, e por ser construída por categorias culturais, com tempos e espaços qualitativos – realiza um tipo de eficácia operacional que pode enfeixar, transformar ou, como quer Sahlins, explodir o evento e a estrutura mítica. Isso oferece um estoque simbólico, dinâmico e disponível para ser explorado de acordo com as circunstâncias do tempo presente e (re)alimentar a identidade individual e coletiva” (LIMA FILHO, 2001: 9).

Os significados articulados pela comunidade de memória dos ex-alunos e professores do Colégio Sagrado Coração de Jesus, que nos informam sobre a memória coletiva, são referências construídas e constantemente reforçadas, caracterizando um processo de constituição e afirmação de identidade.

A memória coletiva define o que é comum ao grupo e o que a diferencia dos outros, fundamentando sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais [POLLAK, 1989]. Essas fronteiras identitárias são constantemente transformadas na interação entre os homens, sujeitos sociais da experiência, nas relações sociais entre o “nós”, os de dentro do grupo, e os “outros”, os de fora. As identidades são construídas por meio da marcação da diferença, que ocorre tanto por sistemas simbólicos de representação quanto por formas de exclusão social. A identidade não se opõe à diferença, mas depende dela [WOODWARD, 2000]. Nas relações sociais, os sistemas classificatórios são formas de marcar a diferença. É o que ocorre, por exemplo, nas oposições litoral/sertão, moderno/arcaico, que veremos mais adiante. De acordo com o sociólogo francês Émile Durkheim, de quem Halbwachs foi discípulo, os sistemas classificatórios dão ordem à vida social.

A memória fornece quadros de referência (memória enquadrada), mantendo, com isso, a coesão interna de um grupo e suas fronteiras, reforçando os sentimentos de pertencimento. Nas palavras de Pollak (1989):

“Essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar (...) serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” [POLLAK, 1989: 9].

Para Nora (1993), falamos tanto em memória na atualidade porque ela não mais existe. Segundo esse autor, os lugares de memória são, antes de tudo, restos. Expliquemos a intenção do autor com essa afirmação tão drástica. A memória verdadeira é atual, espontânea, social, um elo vivido no eterno presente. Relaciona-se com a herança viva de sociedades ditas primitivas, que conduzem a tradição dos ancestrais à origem e ao mito. Em outro campo estaria a história, que transforma a memória em algo passado, distante, induzida pelo dever de mudança de nossa sociedade hoje, pelo imperativo moderno e efêmero da atualidade. A história é uma reconstrução incompleta do que não existe mais, uma representação do passado. Sem a memória verdadeira, as sociedades estão condenadas ao esquecimento. Neste momento, de transformação da memória em história, os lugares de

memória adquirem importância, porque neles reside um sentimento de continuidade, não mais vivido por nós em um mundo massificado e mediatizado. No tempo dos lugares, desaparece um imenso capital que vivíamos na intimidade da memória, para vivermos sob o olhar de uma história reconstruída.

“Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” [NORA, 1993: 8-9].

Entendemos que a história tratada por Nora (1993) é a oficial, escrita, pois a história oral não estaria próxima dessa memória que ele chama de verdadeira? Os narradores da história de um grupo, os guardiões da memória, são exemplos de que a memória de um grupo permanece viva. Benjamin (1985) concordaria com Nora (1993) ao afirmar que o narrador (homem-memória), que figura entre os mestres e os sábios, está em vias de extinção.

O autor diz que o que chamamos hoje de memória não o é, e sim história. Apesar disso, é impossível utilizar a palavra somente no sentido da memória verdadeira e espontânea. Ele faz ainda uma crítica à grande produção de arquivos em nossa época, que muitas vezes se compõem de documentos sem um objetivo histórico específico, guardados somente pela “superstição e respeito ao vestígio”.

Podemos dizer que os lugares onde funcionaram o Colégio e o seu prédio atual são lugares de memória, pois são carregados de valor simbólico e evocam lembranças daqueles que viveram no Colégio ou dos que ouviram histórias sobre ele. São lugares onde a lembrança é cristalizada e transmitida. Os espaços do Colégio, antigos e atuais, se tornam uma região, de acordo com Bourdieu (2000), na medida em que sofrem uma descontinuidade, uma delimitação, separando os que pertencem ou não àquele lugar. Como lugares carregados de significados, importantes para a história de Porto Nacional e referências para os portuenses, são patrimônios culturais da cidade.

Embasados nesses conceitos, revisitamos o tempo e o espaço do Colégio Sagrado Coração de Jesus segundo seus ex-alunos e professores. Interpretamos o significado atribuído por eles a essa instituição e reconstruímos, por meio de suas narrativas, uma parte de sua história.

De acordo com Geertz (1989), a cultura é um contexto, um sistema de signos entrelaçados e interpretáveis, onde os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições e processos podem ser descritos densamente. Nesse sentido, o objetivo do nosso trabalho foi ampliar o universo do discurso humano. A perspectiva adotada considerou que a ampliação da escala temporal na interpretação etnográfica pode iluminar o fenômeno investigado – a presença dos significados do Colégio no imaginário portuense sobre a cidade.

## **1.2 O lugar do sertão**

Utilizamos a categoria sertão em oposição à civilização, que pode ser definida como a consciência que o ocidente tem de ser superior (ELIAS, 1994 *apud* SUÁREZ, 1998). Tal imagem foi constantemente mencionada pelos nossos entrevistados, seja para fazerem referência ao lugar pobre de onde veio sua família, seja para aludir à realidade de Porto Nacional antes da chegada dos dominicanos, representantes da civilização européia. A imagem de Porto antes e depois da vinda dos religiosos é contrastiva.

A categoria de sertão se apresenta de maneira marcante no pensamento social brasileiro e merece alguma reflexão no contexto pesquisado.

O sertão representa um espaço imaginário dentro do estado nacional brasileiro, sendo que a sua imagem mais forte seria a de uma área remota, vazia, isolada, atrasada, árida, fracassada, onde o progresso e o estado não chegam. O sertanejo é visto como pobre e ignorante, explorado pelo coronel e incapaz de mudar sua situação. De acordo com Amado (1995), essa imagem foi construída com base na experiência histórica, pois grande parte do sertão (a nordestina) localiza-se em terras semi-áridas, onde a população sobrevive em estado de pobreza extrema.

Ainda segundo essa autora, o mito do sertão<sup>4</sup> começou a ser formulado durante os primeiros séculos da colonização, quando os portugueses pensavam o interior do país como um lugar bruto e perigoso, cheio de índios e animais selvagens. Com o passar do tempo, o mito cresceu, impulsionado pela literatura, música, religião e tradição oral. O sertanejo também é visto como forte e corajoso, por conseguir viver em um ambiente árido e selvagem.

A historiografia no Brasil, até meados do século XIX, abordou praticamente só o litoral, como se essa área representasse todo o país. Isso contribuiu para promover a imagem do litoral como o centro da civilização. A imagem dualista do Brasil, que se desdobra em litoral/sertão, civilizado/primitivo, progresso/atraso, individualismo/personalismo, cópia/autêntico, moderno/tradicional, cidade/sertão, tem sido construída desde então, influenciando a nossa própria noção de brasilidade (SENA & LIMA, 2005)<sup>5</sup>.

Essas categorias opostas descrevem tanto uma diferenciação geográfica e temporal quanto de organização social e cultural. Definindo-se alguns espaços como origem ou centro, surgem como regiões os espaços periféricos, à margem e à espera de serem totalizados pela nação.

“No imaginário nacional o lugar da tradição é o sertão, concebido como um lugar concreto situado em algumas regiões e estados – o Nordeste, o Norte, o Centro-Oeste, o norte de Minas Gerais – e como uma forma de organização social e de cultura: a sociedade tradicional sertaneja, organizada em torno das atividades de plantio e lida com o gado, onde a vida social é orientada pelas relações pessoais de

---

<sup>4</sup> “Sertão, Amazônia e litoral, esses três espaços imaginados, constituíram e constituem o mais expressivo grupo de mitos de identidade brasileiros” [AMADO, 1995: 64].

<sup>5</sup> Com o advento da República no Brasil, os espaços urbano, geográfico e político passaram por uma profunda transformação. A capital se modernizava velozmente, seguindo o modelo europeu. As elites política e intelectual do país definiram como prioridade a construção da nação e a reestruturação do estado, trazendo o interior para o domínio do centro e diminuindo as diferenças regionais. Os intelectuais compromissados com esse projeto nacional passaram a estudar os vários aspectos da realidade brasileira, no intuito de englobar e unificar o país. Era preciso definir os caracteres formadores da identidade nacional. Nesse momento, os intelectuais depararam-se com a realidade antagônica do país. Coincide também com essa época o aparecimento, na literatura, de um movimento em busca de temas genuinamente brasileiros, como o caboclo e o caipira, mas ainda com um “olhar europeu”. A crítica a esse modelo culmina no Movimento Modernista de 1922.

compadrio, de favor, de proteção e de patronagem; cenário do coronelismo e do jaguncismo; dos movimentos messiânicos, das romarias e das festas populares e folclóricas. No sertão o tempo é lento e contínuo, daí a persistência de repertórios culturais arcaizantes que o isolamento conserva e reproduz como autenticidade” (SENA & LIMA, 2005: 41].

Em oposição ao sertão, lugar da tradição, estaria o Brasil moderno das regiões Sul e Sudeste, caracterizado pela sociedade urbana e industrial, veloz e atualizada, cujas relações familiares se enfraquecem pela crescente força do individualismo. A idéia de que esse Brasil moderno é o centro, a origem, coincidindo com a própria idéia de nação, generaliza e enaltece modelos culturais e de desenvolvimento histórico e econômico, encobrindo as diferenças regionais<sup>6</sup>.

A obra literária “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, é paradigmática do pensamento dual brasileiro. Nela, o sertão atrasado opõe-se ao litoral civilizado, diferença geográfica e temporária que pode ser superada pela vontade governamental. A nacionalização ideal do território só é possível com a aproximação do mundo interiorano, da civilização do inculto e atrasado, do preenchimento dos vazios sertanejos, homogeneizando as diferenças regionais. A noção de fronteira, estudada por Sousa (1997; 1998), é produto dessa ambiência de representações sobre o sertão e traduz o movimento de englobamento ideológico e de ocupação concreta das periferias sertanejas pela nação. Espalham-se fronteiras onde era sertão, instaurando-se o progresso econômico onde antes era vazio, em um movimento coletivo gerador da nação plena.

“Simbolizando um processo de desenvolvimento, a criação de zonas de fronteira é percebida como uma oportunidade de dissolução de diferenças, quando se realiza a subordinação do interior-sertão ao modelo civilizatório do litoral” [SOUSA, 1998: 59].

---

<sup>6</sup> A crença no progresso e na civilização do país foi amplamente defendida pelo Estado Novo. O objetivo era criar uma cultura nacional homogênea, que permitisse a identificação dos cidadãos com a nação integrada. O projeto de civilizar o sertão, de ocupar a hinterlândia brasileira, foi colocado em prática pela Marcha para o Oeste.

O sertão, mais que um espaço geográfico, refere-se a uma forma de organização social específica, a uma “descontinuidade social” que a nação não alcança. Euclides da Cunha encontra uma terra estranha, uma gente com hábitos e linguajar estranhos, como se estivesse fora do país. Contraditoriamente, é nesse lugar oposto ao litoral e à civilização que ele encontra o brasileiro típico, o sertanejo, origem de nossa nacionalidade (SENA, 1998). Como vemos, os significados de sertão são vários e contraditórios.

Nos textos de ficção sobre o sertão, Suárez (1998) aponta, além da ausência de civilização, a relação constante com a geografia do cerrado e a cultura vaqueira rústica.

“Parecia-me que, no contexto dessas narrativas, a cultura era naturalizada porque o significado de cultura rústica apontava menos para o que é feito de maneira grosseira, tosca ou simples e mais para o que é dado pela natureza” [SUÁREZ, 1998: 32].

Podemos dizer que essa aproximação da cultura com a natureza traz o significado de pureza e autenticidade da cultura tradicional.

Para a autora, sertão e sertanejo são elementos constitutivos do pensamento social brasileiro e seu poder significante atua no campo da narrativa mítica sobre o surgimento da civilização na nação. Nesse sentido, o sertanejo não seria o habitante de uma determinada região, com identidade e cultura particulares, mas o personagem principal de uma narrativa dramática sobre a nação. Sobre esse ponto de vista, também concorda Souza (1997):

“No mito que conta a gênese da nação pelo eixo da transformação do vazio, o que determina a alma nacional são os eventos de conquista do sertão. (...) O lugar por onde passam as hordas de brasilianos torna-se nação, tomado pelo espírito da brasilidade que se funda” [SOUZA, 1997: 164;165].

Lima (2006) descreve a noção do sertão como lugar da fatura, em contraposição às imagens usuais de dureza e inospitalidade, a partir de textos orais coletados no município de Pilar (GO). A representação do sertão como um espaço de ausências e carências foi construída pelas lentes do ideal modernizante, ignorando-se as

expressões do universo cultural sertanejo, que valorizam a fertilidade e a abundância da natureza, e não a exploração mercantil da terra e do trabalho.

“Fazer o sertão deixar de ser alteridade de aridez e infertilidade para se constituir num eldorado alimentício significa ir na contramão dos discursos que querem domesticar os lugares que não se alisam, não se alinham ao espaço que se quer produtivo e homogêneo da nação, como também as pessoas – suas idéias e sentimentos – que não se enquadram nos moldes de sua presumida modernidade”[LIMA, 2006: 167].

Sena (1998) afirma, citando Guimarães Rosa, que o sertão está dentro de nós mesmos. Ela afirma que o sertão é uma categoria de pensamento coletivo, situada no plano do inconsciente; é algo que os brasileiros habitam, sendo percebido somente pelo estranho ou por quem estranha sua definição, pois é uma representação coletiva privilegiada.

“Penso que, em relação ao processo de construção ideológica do Brasil, o sertão pode ser entendido como ‘uma categoria de pensamento coletivo ou categoria inconsciente do entendimento’ de que nos fala Mauss: situadas no plano do inconsciente, essas categorias operariam como princípios-diretrizes do pensamento, viabilizando ou tornando possível esse próprio pensar. Presentes na linguagem, mas de forma não explícita, essas categorias caracterizam-se por sua alta densidade simbólica, (...) aplicável a uma gama variável de conteúdos simbólicos” [SENA, 1998: 26].

Ademais de seus múltiplos significados e dimensões, o sertão é uma categoria necessária ao entendimento do processo de constituição de nossa nacionalidade. Ela opera um caráter de continuidade em suas várias formas de expressão simbólica. Mais do que um dos termos da dualidade litoral/sertão, Sena (1998) nos convida a pensar o sertão como o próprio Brasil que se representa e singulariza, um mito permanentemente atualizado a cada geração, por meio da reconstrução simbólica da saga do sertanejo:

“o que se busca no sertão é o Brasil e o brasileiro. (...) O sertão é uma forma de ser, é aquilo que, dentro de nós, nos distingue, ontem e permanentemente, como brasileiros” [SENA, 1998: 24].

Porto Nacional era considerado sertão até a chegada dos dominicanos. Era um lugar longínquo, de difícil acesso. Como veremos a seguir, no capítulo sobre a origem e desenvolvimento da cidade, o transporte de pessoas e mercadorias pelo rio Tocantins foi o responsável pelo crescimento da região. Apesar disso, não se podia falar em uma região desenvolvida, pois todo o ambiente e culturas eram opostos à urbanidade do litoral. Porto era, assim, considerado sertão (e será que realmente deixou de ser, já que ele está dentro de nós?). A viagem de barco até Belém demorava entre cinco e seis meses. O tempo era demorado e as distâncias, grandes. A chegada das irmãs dominicanas em sua missão civilizatória se carrega, nesse contexto, de significados heróicos e míticos, que marcam, simbolicamente, a passagem do sertão para a civilização.

## II. AS ORIGENS E O CRESCIMENTO DE PORTO NACIONAL

### 2.1 De rancho de passador à vila próspera

A origem de Porto Nacional remonta à extração aurífera em dois arraiais vizinhos, Pontal e Carmo, separados pelo rio Tocantins, no final do século XVIII. O então Porto Real era um rancho de “passador”, do barqueiro de origem portuguesa Félix Camoa, que ganhava a vida atravessando pessoas de uma margem à outra do rio. O fluxo era intenso devido à atividade mineradora nos arraiais vizinhos. Segundo GODINHO (1988), Camoa escolheu um local elevado que ficava entre duas ilhas, para onde poderia se refugiar em caso de ataque dos índios da região.

“E assim, na última década do século XVIII e alvorecer do século XIX, diversos barracões foram se aglomerando onde passaram a residir pequenos agricultores, pescadores, fabricantes de barcos para escoamento do ouro para Belém do Pará e transportadores de carga e mercadorias para Carmo, Pontal e para o presídio de ‘Matança’ instalado próximo de Pontal (...). Sua privilegiada localização nas barrancas da importante caudal e no eixo da picada de circulação dos aventureiros de bateia que demandavam as ricas minas de Carmo e Pontal, desde logo Porto se transformou em movimentado cais fluvial da única via de penetração dos primeiros dias. À medida que a extração do ouro nos povoados vizinhos entrava em declínio, Porto ganhava importância como celeiro da região, mercê da fertilidade das terras ribeirinhas, próprias para a lavoura e pastoreio e graças ainda à nascente indústria de construção de embarcações para escoamento de ouro e produtos nativos bem como para importação das mercadorias necessárias à região” [GODINHO, 1988].

A riqueza das minas de Pontal e Carmo atraía aventureiros, dispostos a enfrentar as durezas do sertão e os ataques dos indígenas. Nesse esteio, Porto Real cresceu

rapidamente, em virtude do desenvolvimento da navegação pelo Rio Tocantins, via de escoamento do ouro e de mercadorias até o Pará, preferível à irregular e insegura estrada.

No entanto, em todo o Brasil, a atividade mineradora entrou em declínio em meados do século XVII.

“Para tentar reativar economicamente as capitanias de Goiás, Mato Grosso, Pará, entre outras na região norte, diversos governadores lançaram mão da política de incrementar a navegação dos grandes rios, visando ativar um comércio com Belém” [GIRALDIN, 2002: 134].

Como vemos, o impulso da navegação no rio Tocantins não foi uma ação isolada, estava dentro de uma política regional.

De acordo com Palacín e Moraes (1994), os anos entre 1805 e 1808 foram os mais intensos no comércio de mercadorias transportadas pelo rio Tocantins. Canoas e montarias desceram o rio carregadas de algodão, açúcar, fumo, couros e solas, em direção ao Pará.

Porto tornou-se um importante centro comercial do norte de Goiás, impulsionado pela aquavia Tocantins. Essa atividade continuou até início do século XX, como nos conta Audrin (1946):

“Transportavam para a capital da Amazônia fardos de couro, carne seca, ‘paneiros’ de farinha de mandioca, doces de buritis, goiabas, mangabas e outras frutas do sertão, além de toda classe de bichos domésticos e selvagens: macacos, papagaios, emas, seriemas, antas, araras, veados, caetitus, pacas, cutias etc. assistimos, faz já uns quarenta anos, à saída dos últimos ‘botes’. Pareciam verdadeiras arcas de Noé. Um pitoresco que desapareceu para sempre!” [AUDRIN, 2007: 61].

Francisco Ayres da Silva, o Dr. Chiquinho, médico e deputado nascido em Porto Nacional e lutador pelo desenvolvimento da região, fez, em 1920, uma viagem em “frágil e tosca embarcação a remo” até Belém, que durou 34 dias. Segundo o médico, a viagem de

ida e volta, de Porto à capital do Pará, durava de cinco a seis meses. Em seu diário de viagem, relata detalhes da atividade comercial no rio Tocantins:

“A proa ou paiol, quando de descida, recebe todo o carregamento que vai servir de objeto de permuta a dinheiro, gêneros de exportação, que darão margem à permuta monetária, que por sua vez vai servir de valor aquisitivo em Belém. Assim, pois, Belém nada recebe do que o bote conduz ao descer, pois que tudo é vendido ao correr da viagem, nos diferentes pontos ou povoados existentes à beira rio” [SILVA, 1972: 18].

A função do rio como meio de transporte e comércio de mercadorias está presente no imaginário da população mais velha. Muitos depoentes contaram histórias da navegação no rio:

“Meu avô (...) era comerciante e fazia o transporte a barco daqui a Belém do Pará. Ele foi 21 vezes a Belém do Pará, levando de todo o produto, o que se produzia ele levava, do couro à cria, o sabão, tudo, ele levava carne seca. (...) Não só ele como muita gente daqui de Porto Nacional. Ele ia de barco, a remo, com 20, 24 remeiros”<sup>7</sup>.

Oliveira (1997) e Lima (2005) relatam a despedida dos remeiros no dia da partida, momento de forte comoção. Na tentativa de adiar a hora do embarque, pois a viagem era longa e perigosa, os barqueiros se entregavam à bebida pelos botecos da cidade. Para reuni-los, uma comitiva recorria à bandeira vermelha do Divino Espírito Santo, percorrendo as ruas ao som dos tambores. Os remeiros vinham ao encontro da bandeira e seguiam em cortejo até a margem do rio, pois não queriam enfrentar as águas tocaninenses sem a proteção divina.

“Chegando a beira rio, a bandeira era colocada dentro do bote, e assim, os tripulantes entravam para beijá-la. Enquanto estavam reverenciando-a, ao sinal do patrão, os proeiros soltavam a embarcação, deixando os barqueiros impossibilitados de voltar à terra firme para prolongar as despedidas” [OLIVEIRA, 1997: 60].

---

<sup>7</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

“Até hoje está presente na memória coletiva do portuense a saída dos botes que era acompanhada pela banda de música que tocava misturando com o som dos tambores dando um ar alegre de despedida, mas ao mesmo tempo o choro dos familiares acenando adeus aos barqueiros dava um tom muito triste. Os barqueiros sabiam que poderiam não voltar, eles estavam com a alma cheia de angústia, porém orgulhosos de seus postos, em cadência ritmada de seus vigorosos remos, impulsionavam as casa flutuantes, orientadas, de início em rumo contrário, descrevendo imponente semicírculo à altura do porto da escadinha. (...)Ninguém arredava o pé enquanto o bote não passasse o Arquipélago do Rebojo (lugar perigoso) e desaparecesse na curva do rio. Agora o retorno daqui há seis ou oito meses” [LIMA, 2005: 34].

A navegação no rio Tocantins foi por muito tempo a principal atividade econômica das populações ribeirinhas. Por meio desta atividade, a região era abastecida de gêneros não produzidos no local (como sal, pólvora, ferramentas, utensílios domésticos, etc.) e podia exportar seus excedentes (como couro e peles de animais, algodão, fumo, rapadura, etc.).

“Devido a essas transações anuais, Porto-Nacional tornou-se um importante e realmente único empório comercial do norte de Goiás. Conheceu progressos que fizeram dela a melhor cidades dos sertões, e deram-lhe a primazia nos diversos sentidos administrativo, intelectual e religioso” [AUDRIN, 2007: 61-62].

A essa atividade estavam atrelados costumes locais, modos de fazer que estão presentes até os dias atuais, mesmo que não tenham a mesma função. Um exemplo, de acordo com Audrin (2007), é o antigo costume da tripulação de sair de Porto à tardezinha, navegar poucas léguas e dormir ainda próximo ao povoado. Isso seria uma medida de interromper a bebedeira dos remeiros e poupar a noite, para que pudessem amanhecer dispostos à longa viagem. Oliveira (1997) diz que podemos assistir ainda nos dias de hoje a saída de sertanejos de seus sítios nesse mesmo horário, que passam a noite em casas vizinhas para continuar a viagem no dia seguinte.

“A atividade da navegação possibilitou a continuidade por mais ou menos um século, para Porto Nacional e região, de um *modus vivendi*, criando um mundo de certa forma diferente, com costumes próprios, que estava interligado a um meio maior, do qual fazia parte, mesmo sem estar completamente integrado, mas não permitindo ser de todo esquecido” [OLIVEIRA, 1997: 66].

Por volta de 1805-1810, o arraial de Pontal foi atacado por índios Xerente. De acordo com a maioria dos autores que consultamos e também embasados na história oral, os sobreviventes migraram para o crescente e já importante núcleo urbano de Porto Real, pois o arraial do Carmo estava em decadência devido ao declínio da extração aurífera. Esse acontecimento contribuiu para o crescimento de Porto.

“Entre uma localidade arrasada e outra em decadência, estava a terra ingênua, estava decidido a ficar no Porto Real. Bonito lugar para se começar uma cidade. Construiria ranchos ao lado da choça do passador” [BRASILIENSE, 1954: 172].

Giraldin (2002) nos fala sobre a origem de Porto Nacional de acordo com a tradição oral:

“(…) a origem de Porto Real se deu da seguinte maneira: o arraial do Pontal foi atacado pelos Xerente e a maioria da população acabou sendo morta por eles. Os sobreviventes fugiram e atravessaram o rio Tocantins, alguns a nado, e foram estabelecer-se à margem direita do rio, junto à casa do canoeiro Félix Camoa. A partir de então, deixam de garimpar e passam a ocupar-se de atividade comercial, navegando pelo Tocantins até Belém” [GIRALDIN, 2002: 136].

De acordo com Pedreira (2005), essa origem de Porto Nacional ainda está presente na memória dos moradores da região:

“O que as pessoas mais velhas contavam é que os índios revoltaram contra os invasores que invadiam suas terras, expulsando-os com um grande ataque ao Arraial do Pontal... Os sobreviventes instalaram-se na outra margem do rio Tocantins no local onde existia um porto de

passagem do Pontal para o arraial do Carmo e assim fundaram Porto Real” (PEDREIRA, 2005: 47).

Giraldin (2002) refuta essa idéia. Para ele, fontes documentais indicam que Pontal existiu pelo menos até 1839<sup>8</sup>, contradizendo a tradição oral. A migração da população e a extinção do arraial teriam ocorrido aos poucos, não determinados pelo massacre dos índios.

“Minha hipótese é que o crescimento das atividades comerciais e de navegação pelo rio Tocantins levou a população do arraial do Pontal a abandoná-lo, paulatinamente, passando a viver no crescente arraial do Porto Real” [GIRALDIN, 2002:137].

Ainda segundo esse autor, a versão da tradição oral, de que o massacre é o ato fundador de Porto Real, explica-se por ser um elemento contrastivo formador da identidade, além de justificar a mútua hostilidade entre os brancos e índios.

Conforme consta nos escritos de Pohl (1976), de 1819, o ataque teria ocorrido no ribeirão de Matança, próximo a Pontal. Referindo-se a Porto Real, o naturalista austríaco diz que

“A jurisdição deste Arraial compreende o arraial quase despovoado de Pontal, que foi fundado por Antônio Sanches na margem oposta do Maranhão<sup>9</sup> em 1738 e que antes, especialmente por causa do ouro nele encontrado em Matança era célebre, tendo sido todos os habitantes encontrados no último lugar, assassinados pelos índios Xavantes” [POHL, 1976].

Godinho (1988) também afirma que Pontal existiu até 1839, mas, diferente de Giraldin (2002), diz que algumas famílias fugiram para Porto Real após o ataque e depois retornaram a Pontal.

---

<sup>8</sup> Segundo “Relatório que à Assembléia de Goyaz apresentou em sessão ordinária de 1839 o Exmo. Presidente da mesma província D. Joze de Assiz Mascarenhas”. Memórias Goianas, 3. Universidade Católica de Goiás, 1986.

<sup>9</sup> Encontramos, em alguns escritos, a denominação de Maranhão para o rio Tocantins. Esse nasce com o nome de Maranhão e, após a confluência com o rio Paranã, é denominado Tocantins.

“(…) quase extinto arraial de Pontal, para onde após a trágica carnificina já referida, retornaram algumas famílias, que ali subsistiram até 1839 quando se despovoou por completo o outrora importante arraial de Pontal, restando atualmente ali, como atestado de sua antiga opulência os lúgubres escombros da sólida comunidade, berço de tantos homens ilustres, detentores de apreciáveis fortunas” [GODINHO, 1988].

Audrin (2007) também faz referência ao massacre, como represália dos índios aos crimes cometidos contra eles pelos brancos (devastação de aldeias, raptos de mulheres e crianças), “exterminando por completo o famoso Pontal, matando os moradores e incendiando as casas”. O autor faz referência ao abandono do local:

“Avistam-se ainda, depois de mais de um século, vestígios das construções antigas, visitadas apenas pelos bichos do mato, ou às vezes, por algum teimoso procurando um possível tesouro sob algum resto de alicerce” [AUDRIN, 2007: 61].

De acordo com Pedreira (2005), hoje, no lugar em que foi Pontal, restam algumas ruínas. São várias seqüências de muros de pedras empilhadas que formam quadrados de tamanhos diversos (que provavelmente seriam os cômodos das antigas residências), em uma área de 400 metros quadrados. No meio dessas estruturas, há o traçado de uma rua principal e outros semitraçados de ruas, não muito definidos. O sítio arqueológico de Pontal está entregue ao abandono, coberto pelo matagal, esquecido pela população local. A autora afirma que historicamente Pontal é o núcleo formador de Porto Nacional, fundado em decorrência da exploração do ouro, por volta de 1738. Nesse sentido, ela defende um urgente resgate histórico e arqueológico do sítio e um trabalho de educação patrimonial em Porto, com a finalidade de salvaguardar e valorizar a origem histórica portuense.

“Partindo desta concepção, as ruínas do sítio arqueológico e histórico de Pontal localizadas nas proximidades da margem esquerda do rio Tocantins e da serra de Pontal, a uma distância aproximada de 30 km do centro urbano da cidade de Porto Nacional, compreendem estruturas

remanescentes de um dos primeiros núcleos de povoamento construído no “Ciclo da Mineração”, no então Norte de Goiás; constitui assim um monumento cultural presente, um lugar que representa para a população pioneira, a afirmação e a autenticidade de sua identidade. E quando falamos em identidade, estamos associando a um passado comum, entre Porto e Pontal” [PEDREIRA, 2005: 49].

A vinda da Coroa Portuguesa ao Brasil em 1808 também favoreceu o desenvolvimento de Porto. Preocupado com os desvios de riquezas e invasão do interior da colônia através do Tocantins, Dom João VI tomou medidas para melhorar a vigilância, como a divisão da província de Goiás em duas comarcas (Vila Boa, ao sul, e São João das Duas Barras, ao norte), criação de órgãos de arrecadação e de administração, guarda policial, correio quinzenal até Belém do Pará via Tocantins, nomeação de juiz e comandante. Porto Real pertencia à comarca de São João das Duas Barras e em 1810 recebeu, de Monte do Carmo, a sede do julgado [OLIVEIRA, 1997].

O primeiro ouvidor da comarca do norte, Joaquim Teotônio Segurado, deveria criar uma nova sede na confluência dos rios Itacaiuna e Tocantins, nas proximidades de onde hoje é Marabá, no Pará, antes território goiano<sup>10</sup>. Segurado preferiu não fazê-lo, devido à distância dos demais povoamentos e escolheu instalar a sede de sua administração em Porto Real. O ouvidor convidou famílias do Carmo para residirem no crescente arraial, em razão de sua localização à margem do Tocantins e da proteção policial contra ataques de indígenas. Em poucos anos, de simples núcleo de lavradores e barqueiros, Porto Real transformou-se em centro comercial, político, social e estratégico.

Em 1831, o julgado de Porto Real passa à categoria de vila, recebendo a denominação de Porto Imperial. A instalação deu-se em 1833, quando foi eleita a primeira Câmara Municipal. Em 1835, criou-se a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Porto Imperial, por desmembramento da paróquia do Carmo. Foi então eleita uma Assembléia Paroquial, órgão da administração municipal responsável por

---

<sup>10</sup> Assessoria de Relações Públicas da Secretaria do Interior e Justiça e Instituto Goiano de Administração Municipal. Porto Nacional e sua origem. Sem data.

“eleger a Câmara de Vereadores que na época enfeixava os poderes legislativo, executivo e judiciário com atribuição de votar a nomeação dos Juizes de Paz, que no tocante à aplicação da justiça eram subordinados ao Desembargador da Comarca”<sup>11</sup>.

Como se observa, Igreja e Estado tinham estreitas relações. Também, nessa época, foram criadas escolas primárias, construída a cadeia e reconstruída a igreja da vila.

Porto Imperial estava em franco desenvolvimento, sendo elevada à categoria de cidade em 1861, passando a chamar Porto Nacional, nome condizente com a nova ordem política conquistada em 1822. Em 1861, conforme censo enviado à Assembléia Legislativa Imperial, havia em Porto 3.897 pessoas livres e 416 escravos, totalizando 4.313 moradores. Frequentavam três escolas masculinas e uma feminina 86 alunos [GODINHO, 1988].

## **2.2 Os dominicanos em Porto Nacional**

Os dominicanos chegaram ao Brasil em janeiro de 1878. Frei Damião Signerin e frei Benedito Cruz se hospedaram no Rio de Janeiro, no seminário dos padres lazaristas. Depois de dois meses de negociações, não conseguiram fundar a ordem, pois frei Damião morreu vítima de febre amarela.

Em outubro de 1881, novamente os dominicanos aportavam no Brasil, com destino a Uberaba, então jurisdição de Goiás. Apoiados, pelo bispo dom Cláudio Ponce, frei Raymundo Nadré, frei Lazaro Mélizan e irmão Gabriel Mole inauguraram ali seu ministério apostólico no Brasil.

“A fundação e consolidação da Missão Dominicana no Brasil estava estreitamente vinculada ao movimento de renovação da Igreja no Brasil e particularmente ao projeto reformador do bispo de Goiás, Dom Cláudio Ponce de Leon. A ação apostólica da Ordem dos Frades Pregadores se constituiu em forte ponte de apoio às pretensões do bispo

---

<sup>11</sup> Assessoria de Relações Públicas da Secretaria do Interior e Justiça e Instituto Goiano de Administração Municipal. Porto Nacional e sua origem. Sem data.

de Goiás em seu projeto de revitalização da Igreja, na diocese de Goiás” [SANTOS, 1996: 76].

Quando os dominicanos aqui aportaram, as relações entre Igreja e Estado eram tensas, a separação entre as duas instituições e o fortalecimento do Protestantismo provocou um movimento renovador na Igreja Católica. No pontificado do papa Pio IX (1846-1878), as ordens religiosas cresceram vertiginosamente e novas congregações surgiram. Com isso, a Igreja estava em melhores condições de incentivar e apoiar a romanização no Brasil.

Os dominicanos não escolheram as atrativas cidades do litoral do então Império para fundarem sua missão, mas a remota e central província de Goiás. Tal escolha parece se justificar pela vocação missionária e importância da pobreza e do sacrifício para os dominicanos, que tinham entusiasmo em levar o evangelho para lugares distantes e de difícil acesso. A vida comunitária era muito valorizada pela ordem, assim como a realização de grandes obras.

Audrin (2007) explica por que a ordem dominicana demorou a chegar em terras brasileiras, em virtude de outras estarem aqui desde o descobrimento e de, nessa mesma época, os dominicanos espanhóis estarem se estabelecendo em suas colônias na América Latina:

“Quando Álvares Cabral descobriu o Brasil, a Província Dominicana de Portugal possuía já missões florescentes nos domínios portugueses da África e da Índias. Centenas de filhos de São Domingos trabalhavam em Gôa e na Guiné. Estendias suas atividades ao longo das costas da China, onde o primeiro Bispo da raça Chim foi o Dominicano Frei Gregório Lopes; onde o primeiro mártir da Igreja foi Bemaventurado Francisco de Capillas, beatificado por Pio X.

Nossos frades portugueses, já insuficientes para tantas e tão imensas tarefas, não podiam nem deveriam sonhar em novas empresas na Terra de Santa Cruz. Foi este o motivo de sua ausência no Brasil” [AUDRIN, 2007: 46].

Em 1883, a pedido de dom Cláudio, outros dominicanos chegaram da França, com destino à capital da província. Três anos depois desta segunda fundação, dom Cláudio pedia novos missionários para o norte da diocese, para a vasta região que se estende entre os rios Tocantins e Araguaia e faz fronteira, de um lado, com Pará e Mato Grosso e, do outro, com Bahia, Piauí e Maranhão.

Em 1886, os frades Gabriel Dervoisin, Miguel Berthet e Domingos Nicollet, juntamente com o irmão leigo Afonso Valsechini, deram início à missão em Porto Nacional, a cento e sessenta léguas da capital Goiás. A nova morada recebeu o nome de Santa Rosa de Lima, virgem da ordem de São Domingos. O bispo de Goiás teve um importante papel na fundação dessas três missões dominicanas.

Os religiosos visitaram várias aldeias indígenas, com o intuito de iniciarem sua cristianização, fundaram uma escola gratuita de instrução primária, uma escola de música, uma catequese para os filhos dos índios que viviam às margens do rio Tocantins, e pregaram missões nas regiões vizinhas. Em 1891, chegaram a Porto frei Gil Vilanova – que fundou uma catequese para os índios dando origem à cidade de Conceição do Araguaia – e frei Domingos Carrerot, nomeado primeiro bispo de Porto em 1920 - a diocese de Porto Nacional foi criada em 1915, mas dois escolhidos antes de dom Domingos não aceitaram a missão. No mesmo ano de chegada dos dois importantes religiosos para a região, começou a construção da nova igreja Nossa Senhora das Mercês. Eram necessários carros de bois para trazer o material utilizado na construção.

“(…) durante meses e anos, era preciso trazer ao pé da obra colossal, carradas de pedras e de areia, milhares de tijolos e telhas, arrastar peças de madeira. Esses transportes faziam-se não por estradas largas e limpas, mas através de cerrados, matas fechadas, morros e mesmo lagoas e pântanos. Cavalos e burros nunca teriam suportado estes esforços. Aliás não existiam carroças capazes de circular em caminhos tão primitivos e íngremes. O meio único era o carro grosseiro e pesadíssimo, puxado por juntas de bois” [AUDRIN, 2007: 65].

Os padres dominicanos perceberam que precisariam de ajuda para dar continuidade aos trabalhos na região, que eram enormes. Segundo Oliveira (1997), em

1900 havia em Porto Nacional 5.011 habitantes. Os religiosos tentaram, então, trazer irmãs para desenvolverem juntos uma grande obra. As irmãs dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils<sup>12</sup>, na França, chegaram em Porto Nacional em agosto de 1904, depois de 32 dias de viagem partindo de Goiás. As irmãs Maria Inêz, André, Maria Fernanda e Maria Rafael vieram acompanhadas pelos freis Rosário Melisan, Salvador e Luis, também dominicanos.

“Para dar vida e asas ao sonho dessas dominicanas em prol de comunidade tão longínqua, foi preciso enfrentar a fúria do Oceano Atlântico, a paciência do Trem de Ferro até Goiás Velho e o trote dos cavalos nos últimos 859 quilômetros para chegar a Porto Nacional. (...) Uma embarcação, magnificamente ornada, foi buscar as irmãs, conduzindo-as a outra margem do Tocantins onde, alertada pelo repicar dos sinos da Catedral – obra ainda inacabada dos dominicanos – a multidão se comprimia para acolhê-las” [PIAGEM & SOUSA, 2000: 73-74].

As irmãs moraram um ano e meio em uma casa colocada à sua disposição, de propriedade do coronel Frederico Ferreira Lemos, um dos homens mais ricos de Porto. Menos de um mês de sua chegada, inauguraram, em instalações provisórias, uma escola pública com 70 alunos e o Colégio Sagrado Coração de Jesus, com 19 alunas pagando dois mil réis por mês.

Um dos entrevistados nos conta que a primeira casa em que elas moraram ficava na rua Aires Joca e que teve sua estrutura modificada:

“Elas vieram em 1904 de Goiás Velho até aqui a burro. Chegaram aqui, hospedaram numa casa de um cidadão, Frederico Ferreira Lemos, que era o homem mais rico de Porto, naquela época, fez muita casa, aqui na rua Aires Joca, (...) já foi modificada. Daí então que elas mudaram, construíram aquele colégio lá, na rua do Cabaçaco, tinha uma casa do

---

<sup>12</sup> A Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, entidade francesa, tem sua origem em 1850, sob a liderança da jovem camponesa Alexandrina Conduché, mais tarde chamada de Madre Anatasie, com a finalidade de ensinar em escolas rurais. Na época, 40% dos meninos e 50% das meninas da região de Aveyron (França) eram analfabetos. Para saber mais sobre as origens dessa congregação, ver Mournier (1992) e Lajeunie (1993).

lado de cá da rua onde funcionava a escola primária masculina, e aí foi ampliando”<sup>13</sup>.

Com o aumento do número de alunos, era necessário uma nova sede, maior e que oferecesse melhores condições de higiene. Foi construído um novo prédio na rua do Cabaçaco<sup>14</sup>, mais uma vez com a ajuda do coronel Frederico Lemos. Em 1º de maio de 1906, as irmãs se instalaram no novo Colégio.

Segundo Godinho (1988), em 1905 havia quatro escolas em Porto, duas para cada sexo, sendo uma delas o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Em 1937, as escolas públicas incorporam-se no Grupo Escolar Dom Pedro II, a primeira escola mista da cidade.

O Colégio das irmãs dominicanas era muito procurado. A fama das irmãs de boas educadoras atingia cidades e estados próximos. Chegavam moças de Arraias, Dianópolis, Tocantínia, Carolina e outras cidades para estudarem como internas no Colégio Sagrado Coração de Jesus. O currículo era diferenciado, ensinavam francês, boas maneiras, música, canto e trabalhos manuais, além das disciplinas obrigatórias. Durante trinta anos, a Escola Normal Sagrado Coração de Jesus foi a única instituição de ensino do norte goiano que conferia diploma de normalista.

“Famílias de todos os lugares do Estado de Goiás e de outros estados vizinhos queriam oferecer aos filhos uma boa educação e sabiam que as Irmãs Dominicanas se dedicavam à catequese e se ocupavam em ministrar, além das matérias obrigatórias do currículo, as exigidas por uma formação humana mais completa das crianças e dos jovens.

(...) Esse período marcou profundamente a cultura de Porto Nacional. Toda a juventude era beneficiada pela visão do futuro das Irmãs Dominicanas e dos Padres Dominicanos” [PIAGEM & SOUSA, 2000: 74].

---

<sup>13</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

<sup>14</sup> Popularmente conhecida como Cabaçaco ou Cabaçal, a rua Coronel Pinheiro é conhecida por esse nome, segundo os moradores, devido aos pés de cabaça que existiam em uma casa localizada ao fim da via. Um dos entrevistados nos contou que as cabaças nasceram depois que o casebre foi à ruína.

“O colégio foi sempre um destaque antes de outras escolas aqui, era o colégio [para] que vinham alunos de quase muitos estados, não digo quase todos, mas de muitos estados do Brasil, vinham estudar aqui por causa da referência desse colégio, que era muito bom”<sup>15</sup>.

O Colégio continuou crescendo. Nos anos 50, foi construído o atual prédio. O projeto contou com a ajuda da Força Aérea Brasileira (FAB)<sup>16</sup>, que transportava pessoas e materiais para a construção em troca de hospedagem e alimentação para a tripulação. As irmãs construíram uma casa próxima ao Colégio, chamada de Casa dos Pilotos. As relações com a FAB continuaram até bem depois de terminada a construção.

Porto Nacional se beneficiou com a presença dos dominicanos, notadamente no campo da educação. Desde a chegada dos primeiros religiosos, em 1881, eles assumiram a direção das escolas existentes na cidade. Em 1909, quando o estado extinguiu a escola de Porto, transferindo-a para outra localidade, os dominicanos tomaram a frente e fundaram um idêntico educandário. De acordo com Godinho (1988), a origem do Ginásio Estadual está nos esforços do bispo dom Alano Maria Du Noday, que, em 1946, propôs ao interventos de Goiás a transformação da Escola Normal Santo Tomás de Aquino em ginásio, oferecendo o Seminário São José como sede.

A história da chegada das irmãs está no imaginário coletivo dos portuenses. Foi um momento que marcou a cidade, definiu rumos para a cultura local. De acordo com Oliveira (1997), o processo de interação cultural entre a população de Porto e os dominicanos ocorreu de forma natural, pois havia aceitação e desejo de mudança. A presença dominicana é tão marcante para a identidade cultural da população, que muitos dos entrevistados parecem não imaginar como seria Porto Nacional sem eles.

Podemos afirmar que Porto Nacional tornou-se referência cultural do norte goiano devido aos trabalhos desenvolvidos pelos padres e irmãs dominicanos.

---

<sup>15</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

<sup>16</sup> Porto Nacional integrava a rota aérea do Tocantins, criada em 1950 dentro da política do governo federal de integração nacional. Essa rota tinha escalas em Goiânia, Niquelândia, Paraúna, Natividade, Porto Nacional, Tocantínia, Pedro Afonso, Filadélfia, Tocantinópolis e Itaguatins, em um percurso de mais de 2,6 mil km de ida e volta. O transporte aéreo era importante para o norte goiano, pois só a partir de 1965 iniciou-se o asfaltamento da BR-153 na região [CAVALCANTE, 2003].

“O trabalho dos dominicanos no campo da educação intelectual, moral e religiosa por várias gerações, continua a ter reflexos até os dias atuais na formação de cidadãos que têm contribuído positivamente no desenvolvimento da região, como por exemplo, os antigos alunos que ocuparam e ainda ocupam cargos proeminentes, seja na política, na educação, no serviço religiosos e na literatura. E tantos outros, que, mesmo não alcançando fama, contribuíram de alguma forma para a elevação do nível cultural do país” [OLIVEIRA, 1997: 79].

Profissionais liberais e lideranças política de Porto Nacional tiveram um importante papel na criação do estado do Tocantins. Um movimento bastante expressivo de emancipação do norte de Goiás surgiu na cidade, em maio de 1956: o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins. Esse discurso autonomista reivindicava o desmembramento de Goiás como a única solução para que a esquecida região norte do estado se integrasse à marcha desenvolvimentista do governo de Jucelino Kubistchek<sup>17</sup>.

A referência de Porto Nacional como centro cultural da região também pode ser percebida no cenário político da autonomização.

### **2.3 Os “projetos de desenvolvimento”**

As construções da BR-153 ou Belém-Brasília e a ponte sobre o rio Tocantins, realizadas dentro do governo de Jucelino Kubistchek, nas décadas de 50 e 60, e a da usina hidrelétrica de Lajeado<sup>18</sup>, inaugurada em 2001, inserem-se nos projetos de desenvolvimento (RIBEIRO, 1991 *apud* MESSIAS, 2004). Estes envolvem capital financeiro e industrial e os estados-nações em diversas áreas do mundo e causam enorme desagregação e danos para as populações locais.

“Esses projetos desestruturaram os modos tradicionais de viver das populações locais, deslocam e relocam pessoas e como medidas

---

<sup>17</sup> CAVALCANTE (2003) fez um importante estudo sobre o discurso autonomista do Tocantins.

<sup>18</sup> A hidrelétrica de Lajeado foi construída no rio Tocantins nos municípios de Lajeado e Miracema. Sua pedra fundamental foi lançada em junho de 1998, quando foi denominada Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães. A primeira turbina foi acionada em outubro de 2001.

compensatórias implementam uma nova infra-estrutura muitas vezes alheia às tradições, aos costumes aos desejos das populações atingidas. E assim, a paisagem física e social é alterada e redesenhada no sentido de se tornar adequada às necessidades do projeto” [MESSIAS, 2004: 17].

A rodovia, a ponte e a usina em Porto Nacional transformaram o cotidiano dos moradores. O imperativo do progresso, do desenvolvimento, da criação de empregos, alterou elementos simbólicos de uma comunidade, notadamente sua relação com o rio Tocantins. Mais uma vez aparece a dualidade progresso/atraso, litoral/sertão.

As perdas sociais ocasionadas por esses empreendimentos aparecem nas falas dos moradores:

“O progresso ajuda, mas também traz muitas coisas negativas. (...) Antes nós não tínhamos a ponte aqui no rio Tocantins, eu falo rio Tocantins porque eu não aceito falar lago até hoje, nosso rio virou um lago. Não tinha a ponte, então a cidade era uma cidade pacata, calma, dormia tudo aberto, ninguém tinha medo de nada. Depois da ponte, que foi o progresso, trouxe muito progresso e trouxe também muitos ladrões, muitos malandros pra cá, bandidos. Hoje a cidade é uma cidade que você tem medo”<sup>19</sup>.

A rodovia Belém-Brasília influenciou a urbanização e o desenvolvimento das cidades que se localizavam às suas margens. Porto Nacional, distante alguns quilômetros da rodovia, não experimentou esse “progresso”. Como cidade ribeirinha, que se beneficiava do transporte fluvial, ficou quase que isolada, principalmente até a construção da ponte sob o Tocantins.

A usina de Lajeado alterou profundamente a relação dos moradores com o rio. Antes, o Tocantins era forma de sustento e de divertimento, principalmente na época das praias (maio a setembro). Hoje quase não se vê pessoas ao redor do lago, nem dentro d’água, nem na praia artificial construída, pois todas as que existiam (Porto Real, Carreira Comprida, Ilha do Funil) foram submersas. Famílias foram realocadas de áreas que seriam inundadas, casas que ficavam ao redor da catedral foram destruídas para dar espaço ao

---

<sup>19</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

projeto arquitetônico da nova orla. Essa reconfiguração espacial e social provocada por um projeto de desenvolvimento violou um patrimônio cultural.

“Não sou contra o progresso porque acredito que a energia dessa hidrelétrica irá trazer indústrias para o estado do Tocantins, embora por enquanto não aconteceu nada ainda. Mas, as belezas naturais, aquilo que a gente tinha acabou tudo, não existe mais. Esse negócio de praia artificial que falam por aí que é boa na realidade são águas mortas. Não sei se os velhos vão acostumar com essa praia. A gente da minha geração não acostuma, não gostam, nunca foram lá e dificilmente vão participar como era antes. Para nós, aqui de Porto, foi um prejuízo enorme, para a cidade. O turismo não existe mais, a cidade está morta. Apesar da nossa cidade ser cultural, mas as pessoas estão indo para outros locais, para praias nesse período. As pessoas de Porto não saiam da cidade no período de temporada, pois os portuenses se preparavam para receber os amigos, os parentes, os turistas que vinha para cá. Eu fiquei muito triste. Não consigo tomar banho nesse lago porque me lembro da beleza que era antes. Nós ficamos arrasados [...]. eu gostava tanto da nossa praia. É uma perda muito grande em relação ao turismo, à cultura da cidade, à geração de empregos e às belezas naturais do rio Tocantins”<sup>20</sup> [MESSIAS, 2004: 89].

A idéia do rio morto é uma imagem forte que contrasta com sua intensa utilização pelos moradores antes da hidrelétrica. O Tocantins é um elemento simbólico muito significativo para os portuenses, constitutivo da identidade dos portuenses. Podemos dizer que ele é um elemento mítico, fundante da cidade e de seu povo. O surgimento de Porto e seu desenvolvimento esteve diretamente relacionado com o rio Tocantins. Sua representação mudou radicalmente com a usina de Lajeado, como se a própria história corresse o risco de ser submersa juntamente com esse lugar âncora de memória.

---

<sup>20</sup> Depoimento colhido por Messias (2004) em 2003.

### **III. A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO E A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL**

#### **3.1 A chegada: tempo mítico**

Em 30 de agosto de 1904, as irmãs dominicanas chegaram a Porto Nacional. A vinda das religiosas fora solicitada pelos dominicanos já residentes em Porto, do Convento Santa Rosa de Lima, preocupados com a educação das moças da região. O trajeto e a duração da viagem são narrados e caracterizados como penosos por vários moradores da cidade, que fazem referência à dificuldade de locomoção naquela época e à precariedade das estradas. A chegada das religiosas constitui um marco na história da cidade e da região, estando presente com vivacidade na memória coletiva dos portuenses.

Quatro religiosas vieram da França para o Brasil em 1904: as Irmãs Maria Inez, Maria Raphael, Maria André e Maria Fernanda. De Uberaba a Goiás foram de trem e da então capital para Porto foram em lombo de burro, em um trajeto de pouco mais de um mês cheio de dificuldades, em um ambiente muito diferente do de origem das irmãs. Uma embarcação “magnificamente ornada” recebeu as religiosas e as conduziu à outra margem do Tocantins. Ao chegarem a Porto Nacional foram recebidas com muito entusiasmo pela comunidade - que já conhecia o trabalho dos dominicanos, presentes na cidade desde 1886 [GODINHO, 1988] - aglomerada na praça da Igreja. Os sinos da Catedral de Nossa Senhora das Mercês, ainda inacabada, repicavam para saudá-las [PIAGEM & SOUSA, 2000]. A principal expectativa com relação aos seus trabalhos era cuidar da educação das moças da localidade. Instalaram-se em uma casa cedida pelo coronel Frederico Ferreira Lemos na rua Aires Joca, próxima à igreja. Logo começaram a trabalhar na escola pública primária e a dar aulas particulares para moças na mesma casa em que se instalaram, fundando o Colégio Sagrado Coração de Jesus em 15 de setembro do mesmo ano. De acordo com Piagem e Sousa (2000), a escola pública tinha 70 alunos e o colégio particular, 19 moças. Assumiram a direção da escola pública primária até 1939.

De acordo com Godinho (1988), em 1905 havia quatro escolas em Porto, duas femininas e duas masculinas.

Os entrevistados nos contam – ao modo de um verdadeiro “mito de fundação” - que no começo de sua missão as irmãs passaram por muitas dificuldades. Os hábitos, o clima, a língua, tudo era diferente do que elas estavam acostumadas. Alguns dos entrevistados nos contaram que elas chegaram a comer jatobá para não passarem fome.

“Elas sofreram demais. Não eram do meu tempo, é da minha avó, mas eu ouvi muito minha avó contar, minha mãe contar quando elas chegaram pra cá até fome elas passaram. Comiam jatobá. Foi depois que as autoridades foram percebendo e começaram a ajudar. Coronel Frederico Lemos e os demais que colaboraram, que ajudaram. Mas foi um trabalho assim de casinha depois foi aumentando, aumentando, aumentando”<sup>21</sup>.

A chegada das irmãs é um tempo heróico para os portuenses, simboliza a força da civilização sobre o sertão. As primeiras irmãs são vistas como sábias, fortes e empreendedoras, são heroínas fundadoras que vieram de outro mundo (a França), representando a civilização, a cultura impondo-se sobre o atraso e a ignorância do sertanejo. Isso é claramente percebido nas falas dos entrevistados:

“O colégio é muito importante pra cidade, é de um valor muito grande principalmente na parte cultural. Pelo o que a gente sabe, as irmãs que vieram da França tinha uma identidade muito relevante pra cidade. E ajudaram a cidade a sair daquela marasmo, com o estudo do francês, do inglês. Mudou a realidade da cidade de Porto Nacional”<sup>22</sup>.

O estabelecimento dos dominicanos e principalmente das dominicanas – com sua missão moralizante e educadora – em Porto foi um marco para a região, é um acontecimento mítico presente fortemente na memória coletiva. Aí se encontra a origem não da cidade, mas de seu progresso, de sua importância regional como centro irradiador de cultura do norte goiano. A própria construção da igreja Nossa Senhora das Mercês, hoje

---

<sup>21</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

<sup>22</sup> Idem.

catedral, cuja pedra fundamental foi lançada em maio de 1891, sendo concluída em 1903, dá uma dimensão das intenções dos dominicanos na região. Era uma construção de proporções gigantescas para o tamanho da cidade:

“Porto Nacional no período era uma cidade pequena, contava com mais ou menos 1200 habitantes, e estava distante de todos os recursos para realização de uma obra daquela proporção. Os dominicanos certamente não construíram tamanha obra para simples sacrifício ou martírio próprios, mas a intenção seria certamente enaltecer a força da religião e o poder da Igreja, conquistando maior número de fiéis” [OLIVEIRA, 1997: 91].



Catedral Nossa Senhora das Mercês, 2008 (arquivo da autora)



Rua Grande, com igreja ao fundo, 1910 (retirada de OLIVEIRA, 1997)

### 3.2 O “primeiro” Colégio

Em maio de 1906, as dominicanas inauguram o prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus construído na rua Coronel Pinheiro, conhecida como rua do Cabaçal ou Cabaçaco. Segundo alguns moradores, esse nome ficou conhecido devido a inúmeros pés de cabaça que havia em uma casa desta rua, na extremidade oposta à Igreja. Hoje o prédio, recentemente restaurado, é da organização não-governamental Comsaúde<sup>23</sup>.

Pela Lei nº 301 de 18 de julho de 1907, o Colégio é equiparada à Escola Normal da Capital, passando a sujeitar-se à inspeção de um fiscal do governo. Mas somente entrou em atividade em 1920, com cinco normalistas matriculadas no primeiro ano. Em 1922, as

---

<sup>23</sup> A Comsaúde (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação) foi fundada em 1969 pelo casal de médicos paulistanos Heloisa e Eduardo Manzano, residentes em Porto desde 1968, e realizou trabalhos importantes para o desenvolvimento da região. Por meio de recursos governamentais e financiamento internacional, a ONG desenvolve projetos nas áreas de saúde popular, educação rural, fitoterapia e alimentação alternativa e na área cultural. Para mais informações, ver MANZANO & MANZANO (2005).

primeiras normalistas se formaram: as irmãs Dulce e Alice Ayres da Silva e Carmem Ayres da Silva.

Um grande e bem conceituado colégio em uma pequena cidade do sertão de Goiás. Funcionava com regime de internato feminino e externato misto. A fama de boas educadoras das irmãs dominicanas atravessava fronteiras, chegando para estudar no Sagrado Coração de Jesus moças do Maranhão, Piauí e cidades vizinhas. Elas vieram ensinar o que acreditavam ser as boas maneiras, trazer a moral cristã e civilizadora para Porto. Isso pode ser percebido no currículo escolar, que incluía, além das disciplinas obrigatórias, Instrução Religiosa, Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico/Música, Latim e Francês. Ensinavam os alunos a cantarem o hino da França. Era a educação civilizadora no sertão.

Alguns entrevistados confessaram o grande desejo que tinham de estudar no Colégio:

“Eu gostava tanto do Colégio que eu tinha muita vontade de estudar lá, porque a escola que eu estudava, Dom Pedro II, era em frente ao Colégio, lá hoje só está o terreno baldio. (...) Era Grupo Escolar Dom Pedro II (...). E eu tinha inveja quando as alunas do Colégio saíam, eu tinha loucura pra terminar o primário pra passar, pra estudar lá”<sup>24</sup>.

Era o desejo de fazer parte do mundo civilizado, de romper a fronteira do sertão e ser educado por professoras que vinham de um mundo moderno.

---

<sup>24</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.



Irmãs Dominicanas no primeiro prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus, década de 40 – data estimada  
(arquivo de Terezinha Maia)

Na foto, as dominicanas posam em frente à imagem do Sagrado Coração de Jesus, localizado no pátio interno da primeira construção, feita, de acordo com documentos do Colégio, por Irmã Maria Inez. As roupas utilizadas por elas deixavam à mostra somente o rosto<sup>25</sup>.

Por volta de 1915, Irmã Maria Inez trouxe da França um piano para Porto, para ser utilizado nas aulas de música do Colégio. Com dificuldades na alfândega no Rio de Janeiro, o médico e deputado Dr, Francisco Ayres da Silva ajudou a solucionar o impasse. O piano veio pela Bahia, abrindo estradas, no dorso de animais. Um instrumento de música clássica chegava em terras onde as pessoas andavam descalças. Símbolo da civilização, da

---

<sup>25</sup> Hoje o hábito não é obrigatório entre as dominicanas, tem saia e mangas curtas e é feito em um tecido mais leve. A mudança das vestimentas mostra uma modificação na relação com o corpo.

alta cultura (cultura das elites, em oposição à cultura popular das camadas pobres da sociedade<sup>26</sup>), o piano é inserido no universo sertanejo dos portuenses.

“Elas ensinavam música em francês e em português. Eu sabia várias. Hoje não me lembro mais porque a memória me trai muito. Mas eu acho que tudo isso é filosofia de vida, ensinar, amar a pátria, aqueles princípios de moral, de civismo. A gente tinha aula de moral e cívica, nós tínhamos aula de boas maneiras. Elas ensinavam como a pessoa se portar, na sala de aula, numa mesa pra uma refeição. Elas arrumavam a mesa e colocavam a gente pra fazer aquela refeição ali pra elas ensinarem como devia ser. Então, eu acho que tudo isso são princípios que estão dentro dessa filosofia que elas têm de vida, pra pessoa viver bem. Desde aquela época e até mesmo hoje tem que ter essas normas(...). Naquela época, elas ensinavam como devia se descascar uma banana pra comer”<sup>27</sup>.

Parece uma contradição ensinar essas boas maneiras a sertanejos, a pequenos agricultores, vaqueiros e barqueiros. É como ensinar a cultura ocidental a um indígena. No caso de Porto Nacional, a inserção de valores culturais ditos civilizados, representados pela cultura francesa das irmãs dominicanas, se dá por meio da escola, da educação dos jovens (principalmente das moças) provenientes de regiões afastadas dos centros urbanos, chamadas de sertão. Podemos dizer que os dominicanos domesticaram os sertanejos do norte de Goiás. A inculcação foi tão bem sucedida, que é motivo de orgulho para a comunidade. O Colégio, a obra das irmãs dominicanas, é elemento de valorização e identificação dos portuenses.

---

<sup>26</sup> O termo “alta cultura” no sentido aqui empregado foi utilizado por Adorno e Horkheimer (1990), importantes pensadores da Indústria Cultural.

<sup>27</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.



Alunas, professora Generosa Pinto (à esquerda) e a inspetora pertencente à família Aires (à direita), década de 40 – data estimada (arquivo de Terezinha Maia)

Na fotografia, alunas do curso Normal posam no pátio do primeiro Colégio, ao lado de uma das professoras leigas (à esquerda) e da inspetora do governo (à direita). Sobre o senhor, ao centro, sabemos que é uma autoridade de Porto Nacional. As moças estão muito bem arrumadas) e transmitem um ar de harmonia e tranqüilidade. Quatro delas possuem acessórios como brincos, relógio e alianças de noivado (as duas alunas sentadas nas pontas), o que poderia significar que são moças pertencentes a famílias com melhor poder aquisitivo, pensando que tais elementos não eram usados comumente.



Desfile de Sete de Setembro, década de 40 – data estimada (arquivo de Terezinha Maia)



Alunas no Desfile de Sete de Setembro, em frente à igreja, década de 40 – data estimada  
(arquivo de Terezinha Maia)

### 3.3 Internato

Desde a inauguração do primeiro prédio, o Colégio funcionou com regime de internato feminino. Moças de várias cidades de Goiás, do Maranhão e Piauí chegavam para estudar e morar com as irmãs dominicanas. Vinham de longe em busca da boa educação e disciplina à maneira dessas religiosas francesas. Muitas vezes, as internas passavam os anos de estudo sem visitar a família nem mesmo durante as férias, devido à dificuldade de locomoção. Ainda nos anos 40, o principal meio de transporte era o cavalo.

Entre as internas, haviam as que pagavam o Colégio com trabalhos domésticos na instituição, conhecidas como martinhas. Esse nome tem origem em Santa Marta, que é modelo do trabalho (em contraposição à Maria, que é o modelo de contemplação).

“Martinha eram as pessoas que faziam o trabalho doméstico da escola. Nós não recebíamos salários. Nós recebíamos em troca o estudo, a casa, a comida, a condição de viver aqui e da gente poder estudar. A gente não pagava pra estudar. A gente recebeu o estudo e toda acomodação. Às vezes ganhava também roupa, coisas de uso pessoal. E normalmente nós éramos um grupo de meninas que vinha de outras cidades, de lugares do sertão, de fazendas. Eu vim porque eu tinha um grande sonho de estudar e minha família era bastante pobre, nós morávamos no interior e no lugar que a gente morava não tinha a série que eu deveria estudar”<sup>28</sup>.

As martinhas eram aceitas no Colégio por meio do pedido da família, que não tinha condições de pagar os estudos da filha e, por vezes, também porque queriam que esta tivesse uma educação mais rígida. Elas trabalhavam na cozinha, no refeitório, fazendo o café, comprando mantimentos, na limpeza dos ambientes, na lavagem de roupas. Dividiam-se em turmas que faziam rodízios de atividades mensalmente.

A disciplina era muito rígida. Havia horário de acordar, de rezar, de comer, de estudar, de dormir. Havia um sino no corredor do Colégio que sinalizava os horários das

---

<sup>28</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

atividades. As comidas que as internas ganhavam dos pais, como doces e biscoitos, também era controlada pelas irmãs. Elas guardavam as chaves do local em que ficavam esses alimentos, distribuídos somente no horário da merenda.

“Nós tínhamos horário pra tudo, nossa rotina era: saía da cama ia lavar o rosto, ia para a capela assistir a missa, da missa ia para o refeitório tomar café, depois ia para sala de aula, depois para a refeição, o descanso, sala de estudos, depois a gente rezava o terço e cama, silêncio total. Era um regime quase militar, com horário cronometrado. Nós não tínhamos tempo para brincar no Colégio” [RIBERIRO, MURTA e SILVA, 2007: 38].

Segundo a depoente, na época em que estudou, na década de 40, havia mais de 200 internas, sem incluir as martinhas.

Na sala de aula não havia diferenciação entre alunos externos e internos. Todos estudavam na mesma turma, as mesmas disciplinas. Os estudantes sabiam quem eram as internas e as martinhas. Estas sofriam discriminação de alguns colegas, por se dedicarem aos trabalhos domésticos. Os pais das martinhas também não tinham o mesmo tratamento que os pais dos outros alunos.

As irmãs tinham um cuidado especial com as internas, principalmente com as que estavam ali só para estudar. As religiosas eram suas tutoras e as separavam até mesmo do convívio com as alunas externas, evitando aproximações e conversas. Até meados dos anos 60, as martinhas e as internas dormiam em quartos separados. Depois, com a mudança de direção no Colégio, elas passaram a dormir no mesmo lugar, e as martinhas passaram a ter direito a um horário de estudo durante o período em que não tinham aulas. Por muito tempo, elas não tinham horário de estudo, trabalhavam durante todo o período em que não estavam em sala de aula, tendo que estudar de madrugada.

“Pra estudar nós tínhamos que aproveitar os horários que sobravam, à noite. E mesmo assim nós tínhamos horário de dormir. Muitas vezes a gente levantava escondida, altas madrugadas. (...) Eu estudava, às vezes, muito na sala, nos horários de folga de uma aula pra outra, no

recreio, até pra aproveitar os livros que eu não tinha. Depois mudaram essas irmãs que eram quem gerenciavam. Com a troca delas nós deixamos de ser chamadas de martinhas, porque elas achavam que todo mundo era igual. Morávamos aqui e nós éramos internas todas, então todas passamos a ser chamadas de internas. Nós, que éramos martinhas, passamos a ter direito num período, depois do almoço, de estudo”<sup>29</sup>.

Nesse sentido, parece que as fronteiras entre a civilização e o sertão, demarcadas internamente nas relações das irmãs com as alunas, começaram a se dissipar com a saída das primeiras irmãs francesas da direção do Colégio.

### **3.4 Uniforme**

O uniforme do Colégio é um dos elementos que apareceu em todas as entrevistas. Um deles, utilizado até a década de cinqüenta, foi o uniforme da saia grená, plissada, camisa branca, sapatos pretos e meias brancas. Em dia de missa ou comemorações, usava-se uma gravatinha e uma boina também grenás. Também havia um suspensório da mesma cor.

“A gente usava, esse que era bonito, eu achava muito bonito, a saia era de um tecido que eles chamavam de tropical. Era grená, não era vermelho, era o grená. A saia toda plissada, mas plissada à mão. Elas [as irmãs] traziam o pano, a gente comprava e aí mandava fazer o plissadinho. (...) Lindo, aquele plissado bem pequenininho e a saia de cóis, não muito curta. O sapato preto, a meia três quartos branca e a saia assim perto da meia. A blusa, no domingo, no dia de festa, era manga longa de punho. Ai a gente fazia assim de seda, caía, ficava bonito. Parece que ficava tão distinto. Tinha uma gravatinha do tecido da saia. No dia-a-dia a manga era aqui, de punho, e a gravatinha. E no dia de festa também a gente ia com a manga longa e uma boina na cor da saia. Era lindo. (...) Quando a gente chegava, botava no sol. À noite, a

---

<sup>29</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

gente arrumava todinhas as preguinhas da saia e colocava debaixo do colchão da cama e dormia sobre ela. Aí no outro dia, quando tirava, tava bonitinha, tava linda”<sup>30</sup>.

“O uniforme era aquele de preguinha. Acho que foi o mais bonito que já teve lá. A blusa branca e ele todo plissadinho, a saia era bem plissada”<sup>31</sup>.

O uniforme era um símbolo de distinção para as alunas, inspirava respeito e posição social. O Colégio das irmãs dominicanas era muito valorizado na região, muito procurado. A fama de boas educadoras das religiosas parece ser transferida para as alunas, que tinham prestígio por estudarem lá. Era a educação francesa ficando raízes na população sertaneja.



---

<sup>30</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

<sup>31</sup> Idem.

Alunas, década de 50 – data estimada (arquivo de Terezinha Maia)

Na foto, as alunas exibem seus uniformes, bem arrumadas, limpas e comportadas. Talvez esse comportamento fosse o esperado das moças que estudavam no Sagrado Coração. A menina da esquerda aparenta uma feição de satisfação, de orgulho.

Os alunos vestiam o uniforme também em ocasiões formais, como a missa aos domingos e festas cívicas, como a comemoração do Dia da Independência. A missa aos domingos era um evento importante, social e religioso, onde os estudantes se reuniam. Na igreja, as mulheres usavam um véu sobre o rosto, um símbolo de devoção e santidade.

As alunas internas do Colégio Sagrado Coração de Jesus seguiam em fila guiadas pelas irmãs, da escola à igreja, com um véu branco e rendado cobrindo-lhes a face. A missa era um dos poucos momentos em que as internas saíam do Colégio. Essas meninas, adolescentes, que viviam reclusas sob uma rígida disciplina, ocupavam um lugar diferenciado na sociedade portuense. Até a aproximação delas era limitada, sendo restrita apenas a parentes e pessoas autorizadas pelos pais.

Os meninos esperavam ansiosos o momento em que as internas desfilavam pelas ruas em direção à igreja:

“Nós íamos para a Igreja em fila, todos os domingos tinha a missa, do Colégio velho até na Igreja, e os rapazes ficavam embaixo da mangueira, que tinha na praça. Nós não podíamos nem olhar para os lados” [RIBERIRO, MURTA e SILVA, 2007: 40]. Elas eram cobiçadas pelos garotos, consideradas mais bonitas que as outras meninas. Nas palavras de um dos entrevistados, “a coisa proibida é chamativa”. Os raros momentos em que elas saíam do Colégio eram as chances de haver algum flerte, troca de olhares. “A atenção das irmãs era redobrada em cima delas. Porque elas estavam com compromisso de acompanhar essas meninas, que vinham de lugares distantes pra manter, cumpri a obrigação que era estudar e não namorar”<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

Supomos que a educação e o cuidado especial que recebiam das dominicanas francesas distinguiam-nas das demais moças portuenses. Podemos dizer que a proximidade com as irmãs estrangeiras tornava as internas mais “civilizadas” que as outras meninas da cidade. Importante observar que para a população, que não tinha contato com a vida cotidiana do Colégio, não diferenciava as internas que pagavam mensalidades das martinhas, pois nos passeios elas usavam as mesmas vestimentas.

### **3.5 Turmas femininas e mistas**

Não conseguimos informações seguras sobre em que ano o Colégio começou a ter turmas mistas em todos os cursos. De acordo com o livro de matrículas do primeiro ano do curso Normal de 1920 a 1957, só há homens matriculados nesse nível a partir de 1937. Nesse ano, a turma do primeiro ano tinha 16 mulheres e três homens, e a do segundo ano, de acordo com o Livro de Matrículas dessa série, contava com sete mulheres e cinco homens (entre os quais estava o escritor Durval Godinho). Não encontramos registros dos cursos primário e ginásial das décadas de 20 e 30.

Há um livro de Matrícula do Curso Primário Masculino, de 1940 a 1952, demonstrando que nesse período havia turmas somente masculinas para esse nível. No livro do Registro de Matrícula do Curso Primário de 1943 a 1952, há registros de homens matriculados a partir de 1951. No Livro de Ata e Promoção, que contém os resultados finais dos alunos de 1948 a 1977, dos cursos ginásial e secundário, o primeiro registro de meninos é em 1954, na primeira série do Científico, quando se iniciou esse curso no Colégio. De 1948 a 1954, neste mesmo livro, só há registros de alunas no Ginásio. A partir de 1955, há turmas mistas para esse curso.

A mais antiga documentação encontrada com registro de estudantes homens é de 1933, no Livro de Matrícula do Curso Complementar e do Curso de Adaptação (1930-1949), quando havia três mulheres e quatro homens matriculados no primeiro ano do Complementar.

Importante anotar que não havia identificação do sexo dos alunos nos livros de registros pesquisados. Fizemos essa identificação pelo primeiro nome. Tal metodologia é limitada, pois existem nomes utilizados em ambos os sexos. No entanto, não nos deparamos, nos documentos analisados, com primeiros nomes que suscitassem dúvidas.



Foto no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, década de 50 (arquivo do Colégio)

A fotografia acima tem data estimada entre 1956 e 1957, quando o Colégio já com turmas mistas no Ginásio. Os alunos trajam a roupa usada em ocasiões especiais (gravata e boina) e seguram um canudo de papel, o que nos faz pensar tratar-se de uma formatura.

### 3.6 A construção do “novo” Colégio

O atual prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus, na rua Joaquim Pereira, foi construído no início da década de 50, com auxílio da Força Aérea Brasileira (FAB) no transporte de pessoas e materiais. Em troca, as irmãs ofereciam hospedagem e alimentação à tripulação. Na época, o local escolhido para a construção não era habitado, apesar de próximo ao centro da cidade.



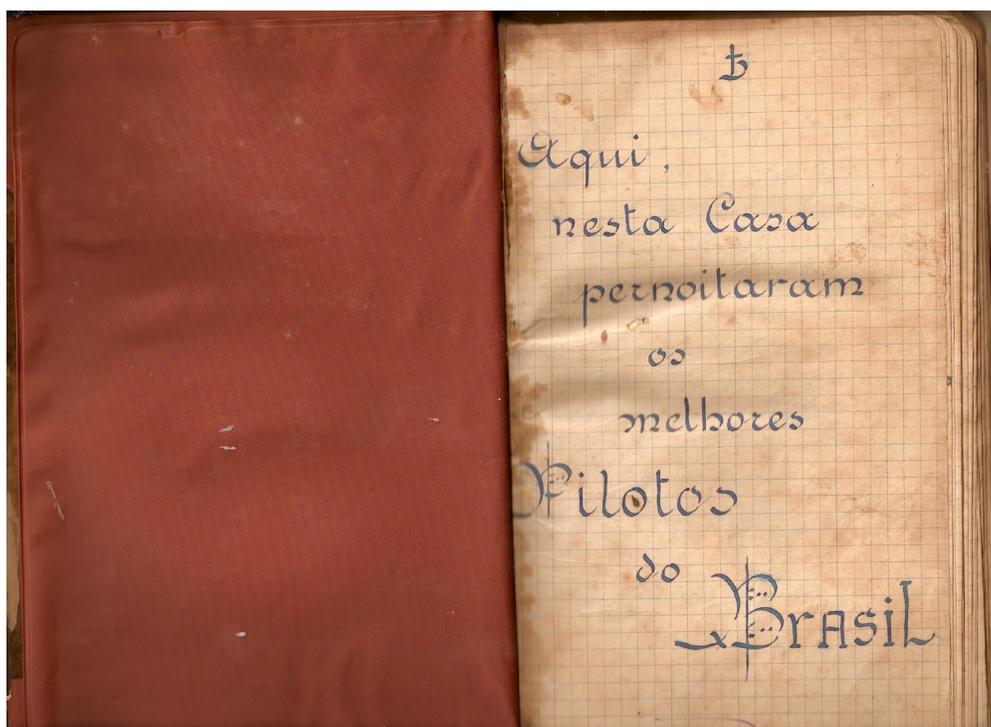
Irmãs Dominicanas no aeroporto de Porto Nacional, década de 50 (arquivo do Colégio)

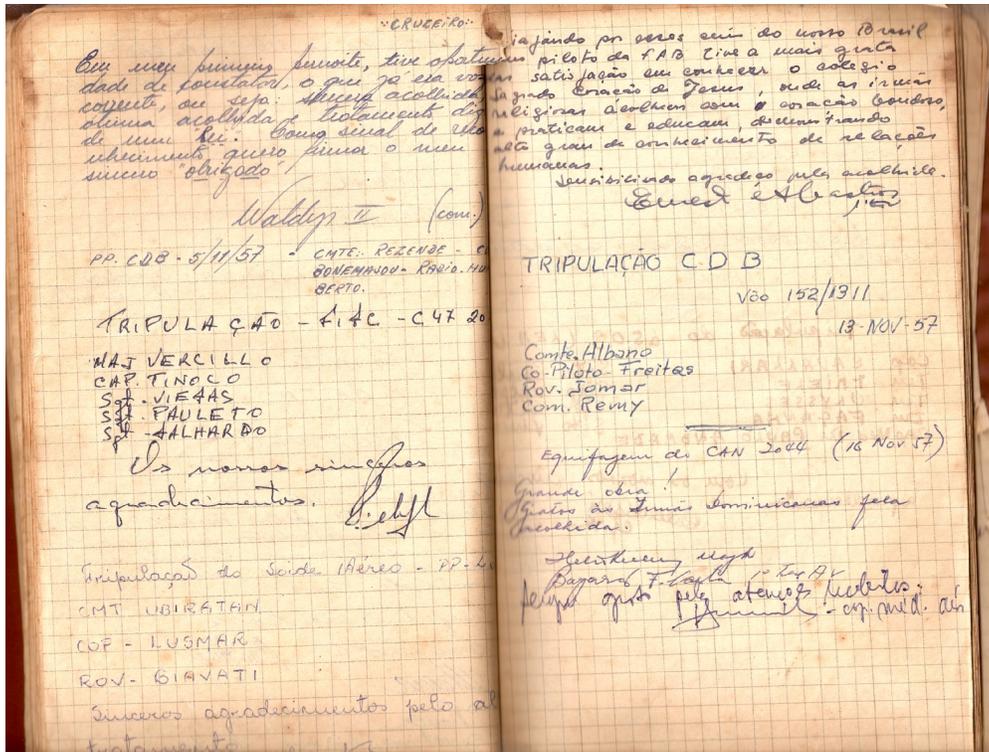
Na foto acima, as irmãs posam, sorridentes, ao lado de avião provavelmente da FAB no aeroporto de Porto Nacional.

As boas relações com a FAB duraram até bem depois de terminado o Colégio, inaugurado em 1955. Elas fizeram a Casa dos Pilotos em 1954, em terreno em frente à escola. A hospedagem da tripulação foi registrada em um caderno, chamado “Azas do Brasil em Porto Nacional”, onde os aviadores deixavam seus nomes, mensagens de agradecimentos, poemas relacionados com a região, homenagens a colegas falecidos e

endereços para contato. Neste documento, há registros datados de 1956 a 1965, da FAB, do Correio Aéreo Nacional (CAN), da Esquadrilha da Fumaça, das companhias Real Aerovias Nacional, Cruzeiro do Sul, Paraense Transportes Aéreos, Carajá Transportes Aéreos, Vasp, Shell e Marbrás, além de um depoimento de repórter da extinta TV Tupi.

Abaixo estão imagens escaneadas do caderno de registro dos aviadores:





Tais registros nos mostram a dimensão do Colégio construído para a localidade. “Extraordinária obra” e “grandiosa obra” são expressões recorrentes nos escritos. Também é possível identificar a afetuosa acolhida das irmãs aos aviadores, por meio de inúmeras mensagens de agradecimento da “carinhosa acolhida” das “bondosas irmãs”.

Transcrevemos um desses depoimentos, datado em novembro de 1959:

“Amanhã, quando tivermos chegado em nossas casas e depois de rever nossas esposas, nossos filhos e nossos amigos, a saudade que agora sentimos desses entes queridos terá dado lugar a uma série de recordações desta viagem de 10 dias através do Brasil. Dentre as recordações agradáveis sobressairão as gratas lembranças de Pôrto Nacional: a hospitalidade e o trabalho fecundo das Irmãs Dominicanas. A fidalga e acolhedora recepção que aqui tivemos fez-nos sentir como em nossos próprios lares. O trabalho fecundo aqui realizado, instruindo, educando e construindo será para nós um marco e um estímulo, será sempre um exemplo do que a abnegação, a perseverança

e o esforço inteligente e bem orientado podem conseguir, mesmo quando se dispõe de poucos recursos materiais, como é o caso de Pôrto Nacional. (...) Muito obrigado pela hospitalidade, muito obrigado pelo exemplo, muito obrigado por estarem engrandecendo o nosso Brasil e construindo um mundo melhor para nossos filhos”.

O relato acima demonstra um elo entre os significados históricos e os outros, mais recentes, que alimentam a memória social.

#### IV. O SAGRADO CORAÇÃO DOS PORTUENSES

A obra das irmãs dominicanas está fortemente presente na memória coletiva portuense. Os significados articulados pelos moradores reforçam a presença da educação dominicana, materializada nos locais de funcionamento, ontem e hoje, do Colégio Sagrado Coração de Jesus, no universo de referências identitárias da comunidade.

Dessa forma, o Caetanato e o atual prédio do Colégio são lugares de memória, lugares que evocam lembranças e despertam o sentimento de continuidade.

O significado do Colégio localiza o portuense no mundo, é um elemento de coesão e identificação do grupo. Devido a esse alto valor para a comunidade, para a identidade coletiva, o Caetanato e do Colégio são patrimônios culturais de Porto Nacional e devem ser preservados para as gerações futuras.

“Se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” [NORA, 1993: 22].

Se realmente o sujeito moderno está em crise de identidades, perdendo sua referência no mundo social e cultural e na que acreditava possuir de si mesmo [HALL, 1999], torna-se imperativo a institucionalização dos lugares de memória em patrimônios culturais, para que estejam protegidos da descaracterização e da destruição material e, conseqüentemente, esquecidos com toda a história que representam. Os símbolos do passado, uma vez preservados, contribuem para que esse sujeito não se perca de suas referências na velocidade das mudanças contemporâneas.

Ao pesquisar a relação da população de cidade histórica de Anchieta, no Espírito Santo, Mattos (2006) percebeu como os vínculos entre os habitantes, bem como entre eles e o lugar, se fortaleciam por meio da emoção das lembranças. “Na medida em que buscavam o que haviam guardado lá longe nas memórias, o sentimento de pertença ao lugar e os vínculos entre eles renasciam”, conclui a autora, que, por meio da investigação sobre o patrimônio cultural, percebeu sua importância estratégica na vivência subjetiva da sua re-descoberta pelos atores sociais [MATTOS, 2006: 18-19].

O reconhecimento oficial dos lugares de memória – não apenas por meio da instituição do tombamento, mas também pela adoção de medidas de apoio aos produtores/narradores de manifestações culturais (pois o patrimônio tem as dimensões material e imaterial) – contribui para a preservação de elementos geradores de nossas referências identitárias. O Colégio Sagrado Coração de Jesus, na perspectiva do patrimônio, está além de sua materialidade, da “pedra e do cal”, o que não quer dizer que a preservação da edificação não seja importante.

“(…) A preservação do patrimônio cultural é uma *prática social*<sup>33</sup> que implica um processo de interpretação da cultura enquanto produção, não apenas material, como também simbólica, portadora, no caso dos patrimônios nacionais, ‘de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade’ (Art. 216 da Constituição Federal de 1988)” [LONDRES, 2001: 192].

Os patrimônios culturais devem ser pensados a partir da dinâmica de valores que os constitui, para que sejam reconhecidos os direitos culturais de diferentes grupos de uma sociedade. Daí a forte relação entre patrimônio e cidadania.

O conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) está analisando um projeto de tombamento de parte do centro histórico de Porto Nacional, segundo informações obtidas na regional do órgão. O Caetanato está incluído no projeto, mas o prédio atual do Colégio não. Isso porque, segundo o Iphan, o projeto elaborado abarca uma região, e não construções isoladas. Na visão do órgão, a região do Colégio Sagrado Coração de Jesus tem construções sem as características originais, suas

<sup>33</sup> Grifo da autora.

fachadas foram modificadas. Tal projeto é muito importante para a cidade e seus moradores, mas é lastimável que o Colégio tenha ficado de fora, pois sua relação com a memória e identidade dos goiânicos é fortíssima. Funcionários da seção do Iphan em Goiânia nos informaram que futuramente irão propor o tombamento da edificação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de fazer uma observação sobre o “não-dito” pelos entrevistados: um elemento presente na memória dos ex-alunos do Colégio Sagrado Coração de Jesus que ou não foi abordado ou foi comentado rapidamente seguido de uma justificativa. Trata-se dos aspectos negativos da educação recebida das irmãs dominicanas. Como foram pouco lembrados, poderíamos pensar que não tinham importância. Em se tratando de uma educação rígida e das diferenças culturais entre franceses e brasileiros, é difícil acreditar que o processo de domesticação dos sertanejos tenha acontecido sem conflitos.

Quando as dificuldades são mencionadas pelos entrevistados, logo eles as justificam como sendo “o costume delas”, “era o jeito das francesas”. Eles redefinem a rigidez das irmãs positivamente. Os percalços são mascarados em nome da boa imagem da obra das dominicanas, em consonância com uma memória coletiva que tem no Colégio Sagrado Coração de Jesus um modelo de educação, moral e ordenamento da sociedade desejáveis. Essa memória silenciada está na

“fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, [que] separa (...) uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” [POLLAK, 1989: 8].

Este aspecto de redefinir positivamente o sofrimento também é abordado por Woortmann (1998), ao descrever a criação dos seringueiros pelas mães nordestinas. Castigos e surras são redefinidos como o zelo da mãe em tornar os filhos bons cristãos e trabalhadores honestos. A imagem positiva da mãe deve sobressair e definir sua memória “é como se existisse uma memória padronizada – pelo menos para ‘pesquisador ouvir’” [WOORTMANN, 1998: 102].

A rigidez da educação das dominicanas é justificada pelo sucesso desse modelo educacional. Os frutos da boa educação obtida no Colégio são graúdos: os entrevistados

afirmam que quem estudava no Colégio em sua época passava em qualquer vestibular e se tornaram pessoas de destaque nos grandes centros urbanos (médicos, advogados, políticos, escritores).

“O Colégio foi sempre um destaque antes de outras escolas aqui. Vinham alunos de muitos estados, não digo quase todos, mas de muitos estados do Brasil, vinham estudar aqui por causa da referência desse Colégio, que era muito bom. Os alunos saiam daqui, prestavam vestibular e sempre eram vitoriosos, tanto que era um orgulho aqui esse Colégio das irmãs dominicanas”<sup>34</sup>.

Já no tempo presente é diferente, o ensino mudou. Há uma nostalgia da prosperidade do passado, oposta às adversidades atuais.

“São tantas ocupações que hoje o aluno tem, que pra ele estudar é muito pouco. Com isso eu acho que [o ensino] caiu muito, porque não preocupa realmente com o livro. E é bom porque o computador, a internet ensinam muito, ensinam tudo, é muito bom, desenvolvem mais as crianças, que hoje são mais ativas. Pode-se dizer mais conhecimento de tudo, porque facilitou. Agora realmente o estudo eu acho que enfraqueceu. (...) A gente vê que não são os professores, não é o colégio, é o mundo que mudou, a vida mudou. Hoje não é mais aquele aluno que chegava em casa e estudava. Antes era decorado e tinha que decorar, a gente tinha medo de tirar nota baixa, a gente fazia competição pra não tirar nota menor do que a outra, era aquela vontade realmente de estudar, de fazer o vestibular e passar. Hoje não existe mais esse gosto do aluno, eles vão levando, levando, vão pra internet, vão pra isso, pra aquilo, pros cursos, pra escola, mas realmente estudar diminuiu muito”<sup>35</sup>.

As “imperfeições” devem ser mantidas ocultas no passado, para que “o passado seja como dever ser. Isto é, converte-se o passado aos valores e necessidades ideológicas do

---

<sup>34</sup> Depoimento colhido em Porto Nacional, em janeiro de 2008.

<sup>35</sup> Idem.

presente” [WOORTMANN, 1994: 119-120]. Na memória coletiva dos portuenses, a educação dominicana é exemplar.

Por último, gostaríamos de salientar que trabalho não está acabado. Usando um termo de Woortmann (1998), trabalhamos com “memórias possíveis”. A memória é um discurso e se dá em tempos e espaços específicos. Há documentos importantes que não tivemos acesso, personagens que não entrevistamos por motivos diversos. O trabalho com memória, assim como qualquer trabalho de interpretação etnográfica, é sempre incompleto. O “encontro etnográfico” acontece sob determinadas circunstâncias, que variam por motivos emotivos e até mesmo ideológicos.

Nas palavras de Geertz (1989), a análise da cultura é quanto mais profunda, mais incompleta: essa é a vida do etnógrafo, além de perseguir pessoas sutis com questões obtusas. A antropologia interpretativa não afirma essências incontestáveis, é marcada mais por um debate do que por um consenso.

A importância desse texto reside no fato de ser a primeira abordagem acadêmica que tem as memórias sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus como objeto. Só posso esperar que sua incompletude estimule outras pesquisas, outros estudos. O campo é vasto e as interpretações, múltiplas.

## **FONTES E REFERÊNCIAS**

### ***- Documentos manuscritos***

#### **Arquivo do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Porto Nacional:**

“Livro de Exames de Admissão ao Curso Normal” (1920 – 1957)

“Matrículas do 1º Ano Normal” (1920 – 1957)

“Médias Curso Normal” (1921 – 1949)

“Exames do 2º Ano do Curso Normal” (1922 – 1955)

“Livro de Matrículas do 3º Ano do Curso Normal” (1922 – 1972)

“Exames do 4º Ano do Curso Normal” (1923 – 1949)

“Livro de Matrícula do Curso Complementar e do Curso de Adaptação (provisório)” (1930 – 1949)

“Resultado Final / Curso Complementar (1ª Série) e Curso Primário” (1930 – 1969)

“Livro de Matrículas do Curso Primário Masculino” (1940 – 1952)

“Caderno de Exame de Segunda Época” do curso Normal (1941 – 1971)

“Atas de Exames e Colação de Grau da Escola Normal” (1948 – 1975)

“Ata de Promoção” do Ginásio (1948 – 1977)

“Azas do Brasil em Porto Nacional” (1956 – 1965)

“Notas e Freqüência da Escola Normal de Grau Colegial” (1964 – 1968)

“Livro de Notas e Freqüências das alunas do Curso Normal” (1968 – 1975)

“Resultados Finais dos Cursos Primários – diurno e noturno” (1970 – 1976)

“Registro de Matrícula” do curso Primário noturno (1970 – 1977)

“Ata de Resultados Finais – 2º Grau (não profissionalizante e profissionalizante” (1978 – 2000)

### **Arquivo do Congregação das Irmãs Dominicanas, Palmas:**

Crônicas das Irmãs Dominicanas Francesas (1904 - ?)

### **- Referências Bibliográficas e Eletrônicas**

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: o Iluminismo como mistificação das massas. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

AMADO, Janaína. Construindo Mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA. In: AMADO, Janaína & PIMENTEL, Sidney V. (Orgs.). *Passando dos Limites*. Goiânia: Editora UFG, 1995.

AUDRIN, José Maria. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARROS, Mariana Sardinha. Práticas Comunicativas na Comunidade dos Arturos: a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a história dos velhos. Monografia de Graduação. UFMG, Belo Horizonte, 2005.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Magia e Técnica, Arte e Política: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BITTENCOURT, Luciana. A Fotografia como Instrumento Etnográfico. *Anuário Antropológico/92*, 1994. p.225-241.

BORGES, Célia Aparecida. Amor e Conflito: a relação das pessoas com uma cidade histórica. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 1988.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória Sertão*. São Paulo: Cone Sul/ Uniube, 1998.

BRASILIENSE, Eli. *Bom Jesus do Pontal*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O Discurso Autonomista do Tocantins*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

CAVIGNAC, Julie & CIACCHI, Andréa. Ouvir a Cultura: antropólogos, memórias, narrativas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, ECKERT, Cornelia & BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, n.10, vol.2, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Mai 2008. doi: 10.1590/S0104-93132004000200003

DA MATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIRALDIN, Odair. Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. *Revista Amazonense de História*, n.1, vol.1, 2002. p.131-146.

- GODINHO, Durval C. *História de Porto Nacional*. s/e, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- HUMBERTO, Luis. *Fotografia: universo e arrabaldes*. Rio de Janeiro: Funarte, Núcleo de Fotografia, 1983.
- LAJEUNIE, Etienne-M. *A Piora de Bor: história de uma fundação dominicana segundo depoimentos inéditos, 1833-1878*. São Paulo: Congregação das Dominicanas de Monteils, 1993.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *Memória. História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LIMA, Antonia Maria Simiema. *Patrimônio Cultural de Porto Nacional (TO): uma proposta de educação patrimonial*. Dissertação de Mestrado. UCG, Goiânia, 2005.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *O Desencanto do Oeste*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.
- LIMA, Nei Clara de. Os Crespos do Sertão. *O Público e o Privado*, n.7, vol.1, 2006. p.151-169.
- LONDRES, Cecília. Para Além da “Pedra e Cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. *Revista Tempo Brasileiro*, n.147, 2001. p.185-204.
- MANZANO, Heloisa Lotufo & MANZANO, Eduardo. *Nas Barrancas do Tocantins: memórias de um casal de médicos*. Goiânia: América, 2005.
- MATTOS, Sônia Missagia. *Anchieta Nosso Patrimônio*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.
- MEAD, Margaret & BATESON, Gregory. *Balinese Character*. New York: New York Academy of Sciences, 1942.

MESSIAS, Noeci Carvalho. Patrimônio Cultural: entre o tradicional e a modernidade com a chegada da Hidrelétrica de Lajeado, Porto Nacional – TO. Dissertação de Mestrado. UCG, Goiânia, 2004.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. *Civilização e Revolta*. Bauru: Edusc, 2004.

MOURNIER, Catherine. *Volta às Fontes*: estudo histórico sobre as origens da Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils. Goiânia: Congregação Dominicana, 1992.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, vol.1, 1993. p.7-28.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Dissertação de Mestrado. UFG, Goiânia, 1997.

PALACÍN, Luís & MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PEDREIRA, Antonia Custódia. O Sítio Arqueológico e Histórico de Pontal: educação patrimonial e perspectivas de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional-TO. Dissertação de Mestrado. UCG, Goiânia, 2005.

PETRELLI, Rodolfo. *Fenomenologia*: teoria, método e prática. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PIAGEM, Pedro Pereira & SOUSA, Cícero José de. *Dom Alano*: o missionário do Tocantins. Goiânia: Editora dos Autores, 2000.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, n.3, vol.2, 1989. p.3-15.

REYNAUD, Ana Teresa Jardim. Espaço, Cultura e Memória: relatos de migrantes no Rio de Janeiro. *Vivência*, n.28, vol.1, 2005. p.159-166.

RIBEIRO, Benvinda B. D., MUTA, Ana P. N. & SILVA, Edwardes B. da. *Memórias de Professores Portuenses (Porto Nacional de 1940 a 1980)*. Porto Nacional: Pote Editora, 2007.

SANTOS, Edivaldo Antonio dos. Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil. Dissertação de Mestrado. UFG, Goiânia, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a Autonomia das Novas identidades Coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.38, vol.13, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Mai 2008. doi: 10.1590/S0102-69091998000300010

SENA, Custódia Selma. A Categoria Sertão: um exercício de imaginação antropológica. *Sociedade e Cultura*, n.1, vol.1, 1998. p.19-28.

SENA, Custódia Selma & LIMA, Nei Clara de. Regiões e Regionalismos. In: MOURA, Ana Maria S. & SENA FILHO, Nelson. *Cidades: relações de poder e cultura urbana*. Goiânia: Editora Vieira, 2005.

SILVA, Francisco Ayres da. *Caminhos de Outrora: diário de viagens*. Goiânia: Oriente, 1972.

SILVA, Simone Rosa da. Campinas: da identidade ao patrimônio. Dissertação de Mestrado. UCG, Goiânia, 2003.

SOUZA, Candice Vidal e. *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

\_\_\_\_\_. Fronteira no Pensamento Social Brasileiro: o sertão nacionalizado. *Sociedade e Cultura*, n.1, vol.1, 1998. p.55-61.

SUÁREZ, Mireya. Sertanejo: um personagem mítico. *Sociedade e Cultura*, n.1, vol.1, 1998. p.29-39.

TAMASO, Isabela Maria. Tratorando a História: percepções do conflito na prática da preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 1998.

VELOSO, Thelma Maria Grisi. Memória e Identidade: considerações sobre pesquisas realizadas com pequenos produtores rurais. *Vivência*, n.28, vol.1, 2005. p.135-144.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOORTMANN, Ellen F. A Árvore da Memória. *Anuário Antropológico/92*, 1994. p.113-131.

\_\_\_\_\_. Homens de Hoje, Mulheres de Ontem: gênero e memória no seringal. In: FREITAS, Carmelita Brito de (Org.). *Memória*. Goiânia: Editora da UCG, 1998.